

Boletim de Conjuntura do Distrito Federal

1º trimestre de 2018

codeplan
COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de
Planejamento,
Orçamento e Gestão



Boletim de Conjuntura do Distrito Federal

1º trimestre de 2018

Brasília-DF, junho de 2018

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Rodrigo Rollemberg
Governador

Renato Santana
Vice-Governador

**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEPLAG**
Renato Jorge Brown Ribeiro
Secretário

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN
Lucio Remuzat Rennó Júnior
Presidente

Martinho Bezerra de Paiva
Diretor Administrativo e Financeiro

Bruno de Oliveira Cruz
Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

Ana Maria Nogales Vasconcelos
Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Aldo Paviani
Diretor de Estudos Urbanos e Ambientais

EQUIPE RESPONSÁVEL

Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

Bruno de Oliveira Cruz

Diretor

Clarissa Jahns Schlabit

Gerente de Contas e Estudos Setoriais

Larissa Maria Nocko

Gerente de estudos regional e metropolitano

Sandra Regina Andrade Silva

Chefe do Núcleo de Contas Regionais

Carlos Alberto Reis

Chefe do Núcleo de Análise de Índice de Preços

Euripedes Regina Rodrigues de Oliveira

Economista

João Renato Lerípio Gomes

Pesquisador

Editoração Eletrônica

Maurício Suda

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	5
1. INTRODUÇÃO	7
2. ECONOMIA BRASILEIRA.....	8
2.1. Nível de atividade.....	8
2.2. Inflação.....	9
2.3. Mercado de trabalho.....	9
2.4. Política fiscal	10
3. ATIVIDADE ECONÔMICA DO DF.....	11
3.1. Segmento de Comércio.....	12
3.2. Segmento de Serviços não financeiros	15
4. ANÁLISE DE PREÇOS	17
4.1. Estudo especial: alimentação no domicílio	19
5. MERCADO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL	23
6. RESULTADO FISCAL DO DF.....	30
6.1. Receitas	31
6.2. Despesas	35
6.3. Investimentos	36
6.4. Resultado e Meta	37
6.5. Sustentabilidade do Endividamento e Disponibilidade.....	37

SUMÁRIO EXECUTIVO

Brasil

- Embora com impulso reduzido, a economia brasileira continua a mostrar recuperação, com avanço de 1,2% no Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre frente ao mesmo trimestre de 2017. Destacam-se indústria de transformação e serviços (comércio, transportes, armazenagem e correios, atividades imobiliárias), com números positivos no período. Já a agropecuária registrou recuo, que era esperado, devido à base de comparação.
- A inflação brasileira, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) manteve trajetória de queda no primeiro trimestre, embora de maneira mais moderada, registrando 2,68% em 12 meses, ainda abaixo do limite inferior do intervalo de confiança da meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).
- O mercado de trabalho voltou a mostrar sinais de ociosidade, com uma taxa de desocupação de 13,1% frente a 11,8% no trimestre anterior conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD). Porém o mercado formal de trabalho mostrou criação de empregos, com 220,1 mil postos de trabalho.
- No acumulado em doze meses, o déficit primário, com auxílio de algumas receitas extraordinárias, alcançou R\$ 108,3 bilhões (1,64% do PIB), praticamente estável em relação a dezembro quando estava em R\$ 110,5 bilhões (1,69% do PIB). O déficit nominal, no acumulado em doze meses, registrou saldo negativo de R\$ 497,9 bilhões (7,37% do PIB).

Distrito Federal

- A economia do Distrito Federal também começa a registrar sinais de recuperação das atividades, mas em ritmo também reduzido. O Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal (Idecon-DF), medida de atividades calculada pela Codeplan, é da ordem de 1,1% no primeiro trimestre de 2018, frente ao mesmo período de 2017. A Agropecuária mostrou queda de 2,3%, e a indústria, -1,8%. O setor de Serviços teve elevação de 1,3%, principal responsável pelo desempenho no período.
- Outras pesquisas setoriais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) apontam um crescimento no volume de vendas do comércio varejista, no primeiro trimestre, de 1,1%. Essa variação positiva, no entanto, é concentrada em alguns segmentos como o comércio de móveis (8,7%) e de vendas de veículos, motocicletas, partes e peças (10,8%).
- Pela Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), o volume de serviços não financeiros registrou queda de 6,4% no trimestre e de 9,7% no ano. Todos os segmentos de serviços apresentaram retração no resultado trimestral.
- Em março de 2018, o IPCA de Brasília acumulou em 12 meses variação de 3,13%, ficando novamente acima da variação do Brasil de 2,68%. Os grupos

que levaram a esse resultado no Distrito Federal foram: saúde e cuidados pessoais e transportes.

- Os resultados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-DF) registraram alta da taxa de desemprego total, alcançando 18,9% em relação a dezembro (17,7%) e redução em relação a março de 2017 quando estava em 20,7%. Em março, o total de desocupados estava estimado em 307 mil pessoas. Pelos resultados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o Distrito Federal acumulou um saldo positivo de 5.658 empregos formais no primeiro trimestre de 2018.
- Em resumo, pode-se salientar que a economia do Distrito Federal reverte o ciclo recessivo de trimestres anteriores, com sinais positivos em alguns ramos do comércio, criação de empregos formais, inflação bastante baixa, abaixo do piso da meta de inflação do Banco Central do Brasil (BACEN), contudo há sinais de que a economia patina como um setor de serviços pouco dinâmico e o mercado de trabalho ainda com taxas elevadas de desemprego.

1. INTRODUÇÃO

Esta é a quarta edição do *Boletim de Conjuntura do Distrito Federal*, consolidando o trabalho de acompanhamento econômico que a Codeplan vem realizando. O Boletim se refere ao primeiro trimestre de 2018, oferecendo uma visão do comportamento da atividade econômica no Distrito Federal nos primeiros meses do ano. A defasagem de quase três meses se faz necessária para compatibilizar os dados econômicos do Distrito Federal, objetivando apresentar um quadro completo da economia no período avaliado. Contudo a Codeplan acompanha e analisa, em outras publicações, as variáveis econômicas mais recentes já disponibilizadas, como é o caso do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/Brasília) e da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). O objetivo do Boletim, além de dar publicidade aos dados mais recentes do Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal (Idecon/DF), é o de contextualizar o desempenho das atividades econômicas do Distrito Federal com demais agregados econômicos locais e nacionais, compondo um quadro macroeconômico mais amplo.

Quando se analisa os números da economia do Distrito Federal no primeiro trimestre de 2018, é possível perceber que a atividade econômica continua em sua trajetória de recuperação. Ainda que o cenário ainda se mostre recessivo em alguns segmentos, o resultado oferece um quadro de reversão para as principais variáveis econômicas relevantes, com números positivos, porém tímidos.

Esta análise de conjuntura se estrutura com uma primeira seção avaliando o cenário nacional. Em seguida, são apresentados os resultados da economia do DF, medidos por meio do Idecon-DF e de pesquisas mensais de serviços e comércio. A situação inflacionária da região é analisada pelo IPCA em seção seguinte. Logo após, oferece-se uma análise do mercado de trabalho, avaliando os números das pesquisas disponíveis para o DF, como a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNADCT) e do banco de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho. Por fim, uma breve avaliação do quadro fiscal do Governo do Distrito Federal é oferecida com base em relatórios oficiais.

2. ECONOMIA BRASILEIRA

2.1. Nível de atividade

Os resultados apurados pelo IBGE para o primeiro trimestre de 2018 indicam continuidade no processo de recuperação da atividade na economia brasileira, embora com impulso reduzido. Na comparação com o último trimestre de 2017, o Produto Interno Bruto (PIB) avançou 0,4%. No acumulado em quatro trimestres, o crescimento foi de 1,3% em relação ao acumulado em quatro trimestres no mesmo período do ano anterior. As expectativas do mercado resumem a frustração: no início do ano, a mediana das expectativas para o primeiro trimestre era de avanço de 2,1%, ao passo que, na véspera da divulgação dos resultados pelo IBGE, a mediana das expectativas situava-se ao redor de 1,4%.

Diferente do verificado em trimestres anteriores, a agropecuária registrou recuo de 2,6% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. Em particular, este movimento era esperado uma vez que 2017 foi marcado por safras recordes. Indústria e serviços, por sua vez, registraram taxas de crescimento de 1,6% e 1,5%, respectivamente. Entretanto, vale ressaltar que ambos os setores registraram resultados abaixo do verificado no trimestre anterior e das expectativas do mercado.

O setor de Construção continua exercendo forte impacto sobre os resultados da indústria, com recuo de 2,2% no trimestre em relação ao primeiro trimestre de 2017 e de 3,9% no acumulado em quatro trimestres. As indústrias extrativas aparecem logo em seguida, com recuo de 1,9% ante o mesmo trimestre do ano anterior. No acumulado em quatro trimestres, o avanço de 1,6% é o menor desde o primeiro trimestre de 2017. No setor de Serviços, o comércio registrou avanço de 4,5% no trimestre ante o mesmo trimestre de 2017 e de 3,4% no acumulado em quatro trimestres. Todavia este desempenho mais robusto parece estar relacionado à baixa base de comparação do início de 2017 visto que, na comparação com o trimestre imediatamente anterior, o resultado se mostra mais modesto – avanço de apenas 0,2%.

Pela ótica da demanda, os destaques positivos do trimestre são o investimento (formação bruta de capital fixo) e o consumo das famílias, com crescimento de 3,5% e 2,8%, respectivamente, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. No acumulado em quatro trimestres, o resultado positivo do primeiro trimestre deste ano ajuda a reduzir sensivelmente a queda do investimento com variação de -0,1% ante -1,8 no trimestre anterior. O consumo das famílias, por seu turno, registrou expansão de 2,1% nesta mesma base de comparação ante 1,0% no trimestre anterior.

De maneira geral, os resultados positivos tanto do investimento quanto do consumo privado refletem o ambiente macroeconômico estável, com inflação baixa e taxa de juros cadente, o que proporciona maior poder de compra e melhores condições no mercado de crédito. Indicadores de confiança empresarial e do consumidor, medidos pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV), apontam manutenção da tendência de alta iniciada no primeiro trimestre de 2016, o que reforçam as perspectivas para o investimento e o consumo privado.

No que se refere ao setor externo, as exportações brasileiras apresentaram crescimento de 6,0% no primeiro trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. As importações, por sua vez, avançaram 7,7% nesta mesma base de comparação. Apesar de

expressivos, estes valores refletem recuo em relação àqueles observados nos dois trimestres anteriores, sinalizando alguma redução dos fluxos de comércio.

2.2. Inflação

A inflação brasileira, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), manteve trajetória de queda no primeiro trimestre, embora de maneira mais moderada após um longo processo de desinflação iniciado em setembro de 2016. De acordo com dados divulgados pelo IBGE, o IPCA avançou 0,70% no acumulado do trimestre contra 0,96% no mesmo período do ano anterior. Em doze meses, o avanço é de 2,68% contra 4,57% registrados em março do ano passado. É importante destacar que o IPCA encerrou o trimestre abaixo do limite inferior da meta de inflação perseguida pelo Banco Central do Brasil (BCB), atualmente em 3%. O índice de difusão do IPCA, calculado pelo BCB, foi de 50,4% em março – 5,3 pp abaixo daquele verificado no mesmo mês do ano passado –, sinalizando que o processo de estabilização é pervasivo.

Entre os grupos que exercem maior peso no IPCA, o destaque é o grupo *Habituação* que, por um lado, registrou deflação de 0,44% no trimestre. Mais especificamente, este resultado reflete a redução de 4,57% na *energia elétrica residencial*. Também apresentaram deflação os grupos *Vestuário* (-1,02%) e *Comunicação* (-0,17%). Por outro lado, o grupo *Transporte* exerceu grande pressão sobre o indicador, com variação de 1,59% no período, resultado influenciado pelo aumento nos combustíveis. *Alimentação e bebidas*, depois de registrar quedas sucessivas em 2017, apresentou avanço de 0,48% no trimestre.

As expectativas de mercado, sintetizadas no *Boletim Focus* do Banco Central, apontavam inflação ao redor de 3,5% em 2018 e 4% em 2019.¹ A autoridade monetária, por seu turno, manteve postura expansionista ao reduzir a taxa de juros Selic para 6,5% a.a – 25 pp em cada uma das duas reuniões do Comitê de Política Monetária (COPOM) realizadas no trimestre. De acordo com o comunicado divulgado após a reunião de março, o COPOM justificou a decisão com base na evolução favorável dos indicadores de atividade e das perspectivas sobre a evolução dos preços, no âmbito doméstico, e da recuperação das economias avançadas sem, contudo, pressionar de maneira expressiva as taxas de juros nestes países, no âmbito internacional. A expectativa do mercado, com base no *Boletim Focus*, é que a taxa de juros encerre 2018 em 6,25% e 2019 em 8%.

2.3. Mercado de trabalho

Em que pese à recuperação observada desde o segundo trimestre de 2017, o mercado de trabalho ainda mostra sinais de ociosidade após um longo período de deterioração. A taxa de desocupação, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), divulgados pelo IBGE, registrou 13,1% no primeiro trimestre contra 11,8% no trimestre anterior. Na comparação com o mesmo trimestre do no passado – mais apropriada para mitigar os efeitos sazonais –, houve uma queda de 0,6 pp. Vale ressaltar que este último resultado ocorreu a despeito da estabilidade na taxa de atividade. Em particular, o nível de ocupação avançou em 0,5 pp em relação ao primeiro trimestre de 2017.

Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), reforçam o cenário de melhora no mercado de trabalho. Houve ganho líquido de 195 mil postos de trabalho formais de janeiro a março, com destaque para o setor de serviços (169 mil) e indústria de transformação (77 mil). A construção civil também contribuiu, positivamente, com saldo líquido de 19 mil. Já o comércio registrou

¹ *Boletim Focus* referente à semana encerrada em 29/03/2018.

fechamento líquido de 79 mil vagas formais, em grande medida influenciado por fatores sazonais².

2.4. Política fiscal

No que diz respeito às contas públicas, os dados disponíveis para o primeiro trimestre sugerem algum avanço em relação ao mesmo período do ano anterior. Entretanto vale ressaltar que os desenvolvimentos na área fiscal estão ligados à condução do processo político, no lado da despesa, e ao crescimento da economia, no lado da receita. De acordo com dados divulgados pelo Banco Central do Brasil, o setor público consolidado registrou superávit primário de R\$ 4,3 bilhões no primeiro trimestre ante R\$ 2,2 bilhões no mesmo período de 2017. No acumulado em doze meses, o déficit primário alcançou R\$ 108,3 bilhões. Apesar do esforço do Governo Federal em reduzir gastos, o crescimento das despesas com INSS continua contribuindo negativamente.

No lado financeiro, a despesa com juros nominais do setor público consolidado foi de R\$ 89,2 bilhões no trimestre contra R\$ 110,5 bilhões no mesmo período de 2017. O melhor desempenho nas contas primárias e financeiras no trimestre frente ao mesmo período do ano anterior contribuiu para reduzir o déficit nominal, que passou de R\$108,2 bilhões no primeiro trimestre de 2017 para R\$ 84,8 bilhões no primeiro trimestre deste ano. No acumulado em doze meses, o déficit nominal alcançou R\$ 497,9 bilhões (7,37% do PIB) em março, aumentando 0,03 pp do PIB em relação ao mês anterior.

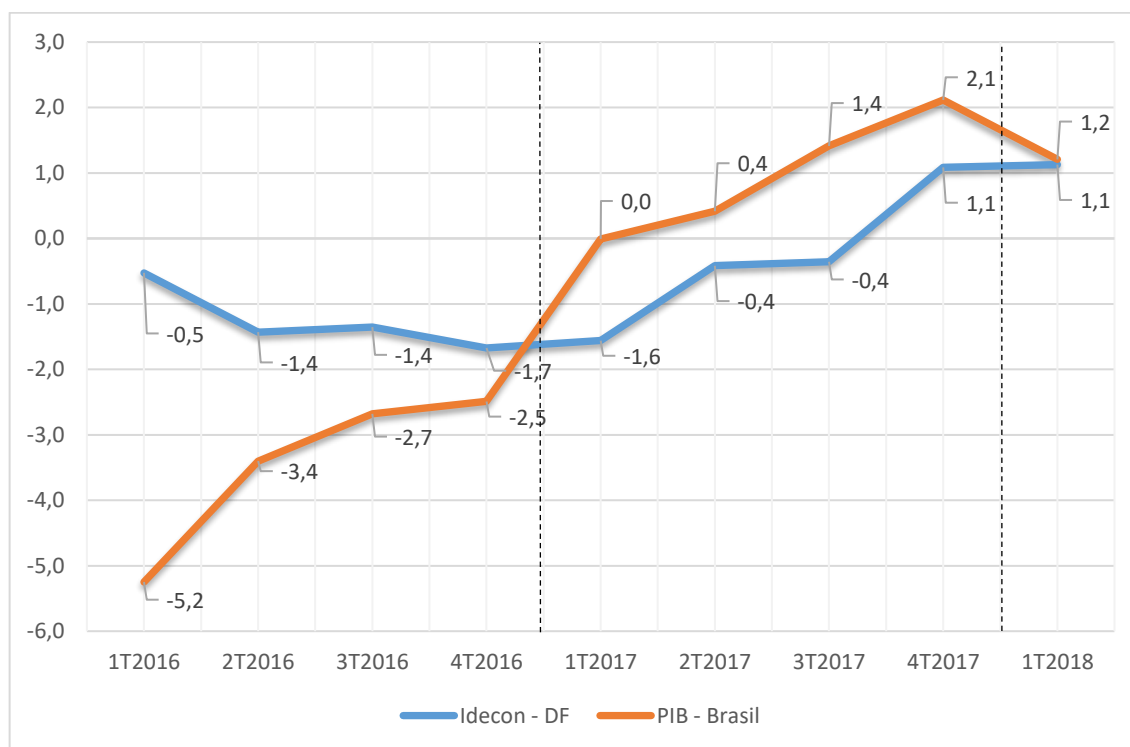
Pela ótica do estoque, a dívida bruta do governo geral alcançou R\$ 4,98 trilhões em março (75,3% do PIB), elevando-se 0,2 pp do PIB em relação ao mês anterior. A dívida líquida do setor público, por sua vez, alcançou R\$ 3,4 trilhões (52,3% do PIB) em março, incremento de 0,3 pp do PIB em relação a fevereiro.

² É comum este comportamento do comércio no início do ano devido ao fechamento das vagas temporárias abertas no final do ano anterior.

3. ATIVIDADE ECONÔMICA DO DF

O Índice de Desenvolvimento Econômico para o Distrito Federal (Idecon/DF) registrou avanço de 1,1% no primeiro trimestre de 2018 quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior (Gráfico 1). A variação foi igual àquela registrada no último trimestre de 2017 e, juntamente com a desaceleração observada no Produto Interno Bruto (PIB) em nível nacional, pode indicar certa acomodação do processo de recuperação iniciado há quatro trimestres. É importante, neste sentido, acompanhar os dados de maior frequência relativos ao setor de comércio e serviços, bem como indicadores do mercado de trabalho para ter maior clareza sobre a evolução da economia nos próximos meses.

Gráfico 1 - Variação Trimestral (%) Produto Interno Bruto (PIB) e Índice de Desempenho Econômico do DF (Idecon-DF) - Trimestre em relação ao mesmo trimestre no anterior - Brasil e Distrito Federal - 2016 a 2018



Fontes: Codeplan e IBGE
Elaboração: NUCON/GECON/DIEPS/Codeplan

Na análise setorial, é possível verificar que o setor de *Serviços* foi responsável pelo desempenho positivo da economia do Distrito Federal no primeiro trimestre de 2018. Com participação de 94% na atividade do DF, o crescimento de 1,3% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior compensou as retrações observadas na *Indústria* e na *Agropecuária* – 1,8% e 2,3%, respectivamente. Por um lado, os destaques positivos foram os serviços de *Administração, saúde e educação públicas* e os *Outros serviços*, com avanços de 1,9% e 1,7%, respectivamente. Por outro lado, *Comércio* e *Serviços de informação* registraram quedas – 0,2% e 0,9%, respectivamente (Tabela 1).

Tabela 1 - Idecon-DF e PIB-Brasil: Variações trimestral dos setores e das atividades econômicas em relação ao mesmo trimestre do ano anterior - 2017 e 2018

Setores e Atividades Econômicas	PIB - Brasil		Idecon - DF		Peso (%) das atividades
	2017	1º tri 2018/ 1º tri 2017	2017	1º tri 2018/ 1º tri 2017	
Agropecuária	13,0	-2,6	15,7	-2,3	0,3
Indústria	0,0	1,6	-2,8	-1,8	5,4
Extrativa mineral	4,3	-1,9	-	-	-
Indústria de transformação	1,7	4,0	-1,1	-0,1	1,4
Construção	-5,0	-2,2	-3,1	-1,3	2,9
Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	0,9	0,6	-	-	-
Outros da indústria ⁽¹⁾	-	-	-4,4	-5,3	1,0
Serviços	1,5	1,5	-0,2	1,3	94,3
Comércio	4,5	4,5	-2,1	-0,2	6,8
Serviços de informação	-3,3	-3,3	-1,5	-0,9	3,4
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	0,1	0,1	-1,9	0,1	14,3
Administração, saúde e educação públicas	0,6	0,6	0,0	1,9	44,7
Transporte, armazenagem e correio	2,8	2,8	-	-	-
Atividades imobiliárias	2,8	2,8	-	-	-
Outros serviços ⁽²⁾	0,9	0,9	0,9	1,7	25,2
Idecon-DF / PIB-Brasil	1,2	1,2	-0,3	1,1	100,0

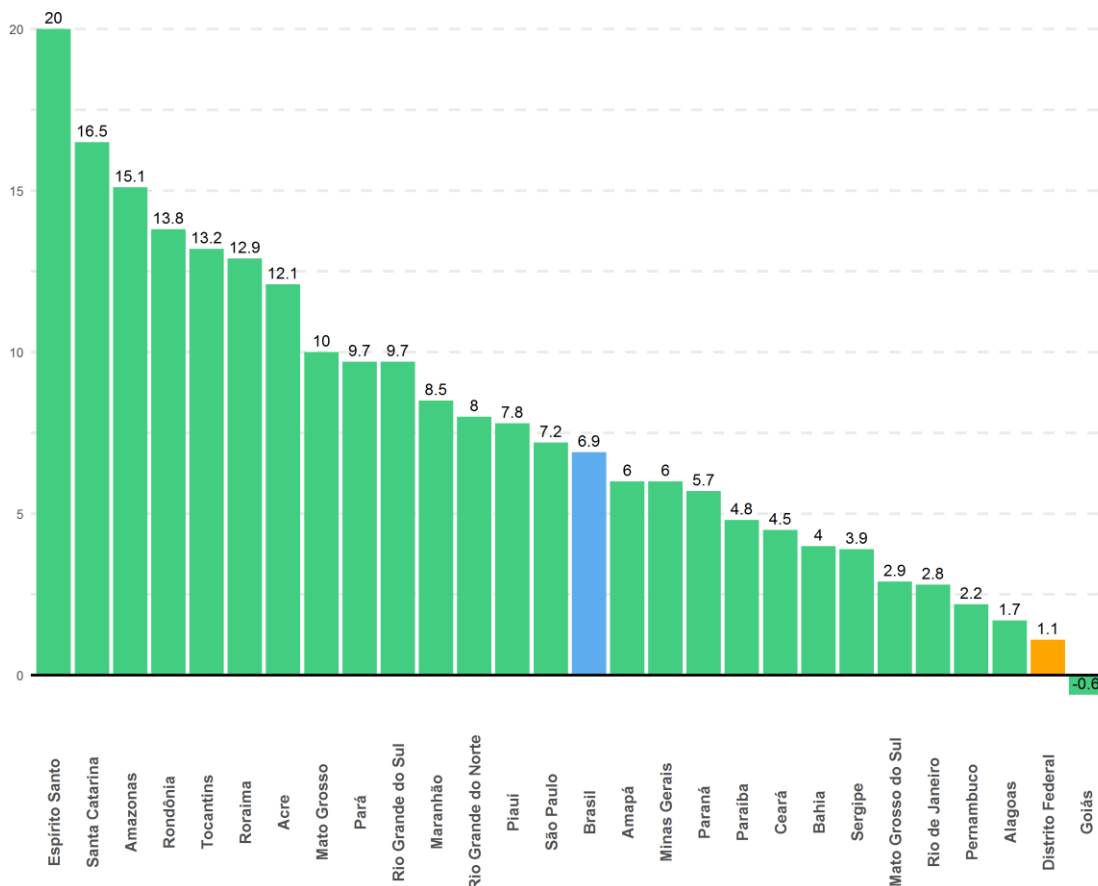
Fontes: Codeplan e IBGE

Elaboração: NUCON/GECON/DIEPS/Codeplan

⁽¹⁾ Extrativa mineral e Eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana.⁽²⁾ Alojamento e alimentação; Educação e saúde mercantis; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços; e Serviços domésticos. O Idecon-DF inclui também Transporte, armazenagem e correio e Atividades imobiliárias.

3.1. Segmento de Comércio

Os dados do primeiro trimestre do ano da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC/IBGE) apontam avanço do comércio varejista ampliado. Mais especificamente, de acordo com a pesquisa do IBGE, o segmento cresceu 1,1% no primeiro trimestre de 2018 em relação ao mesmo trimestre do ano passado. Na comparação regional, o DF apresentou o segundo pior resultado entre as 28 regiões pesquisadas (Gráfico 2). No acumulado em doze meses, o Distrito Federal melhora 11 posições, com crescimento de 4,8% até março (Gráfico 3).

Gráfico 2 - Variação (%) do volume de vendas no Comércio Varejista Ampliado⁽¹⁾ - Brasil e Unidades da Federação - Variação (%) acumulada no 1º trimestre de 2018

Fonte: PMC/IBGE

Elaboração: DIEPS/Codeplan

(1) Comércio varejista ampliado inclui além dos segmentos do comércio varejista, os segmentos de veículos, motocicleta, partes e peças e de material de construção.

A análise desagregada revela que grande parte dos componentes do segmento apresentou retração no trimestre, com destaque para *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (-23,2%) e *Livros, jornais revistas e papelaria* (-28,8%). Também chama atenção o recuo de -3,3% em *Material de construção*, grupo que vinha registrando crescimento expressivo durante todo o ano passado. Os destaques positivos, que contribuíram para o avanço do indicador, ficaram por conta dos grupos de *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (1,7%), *Móveis* (8,7%), *Veículos, motocicletas, partes e peças* (10,8%) e *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (12,1%) (Tabela 2).

Apesar de ainda distante de outras regiões brasileiras, o setor de comércio do DF vem se recuperando de maneira quase ininterrupta desde julho de 2016 quando a retração alcançou 15,2% no acumulado em doze meses. De lá para cá, a melhora foi de 20 pontos percentuais para 4,8% (Gráfico 3).

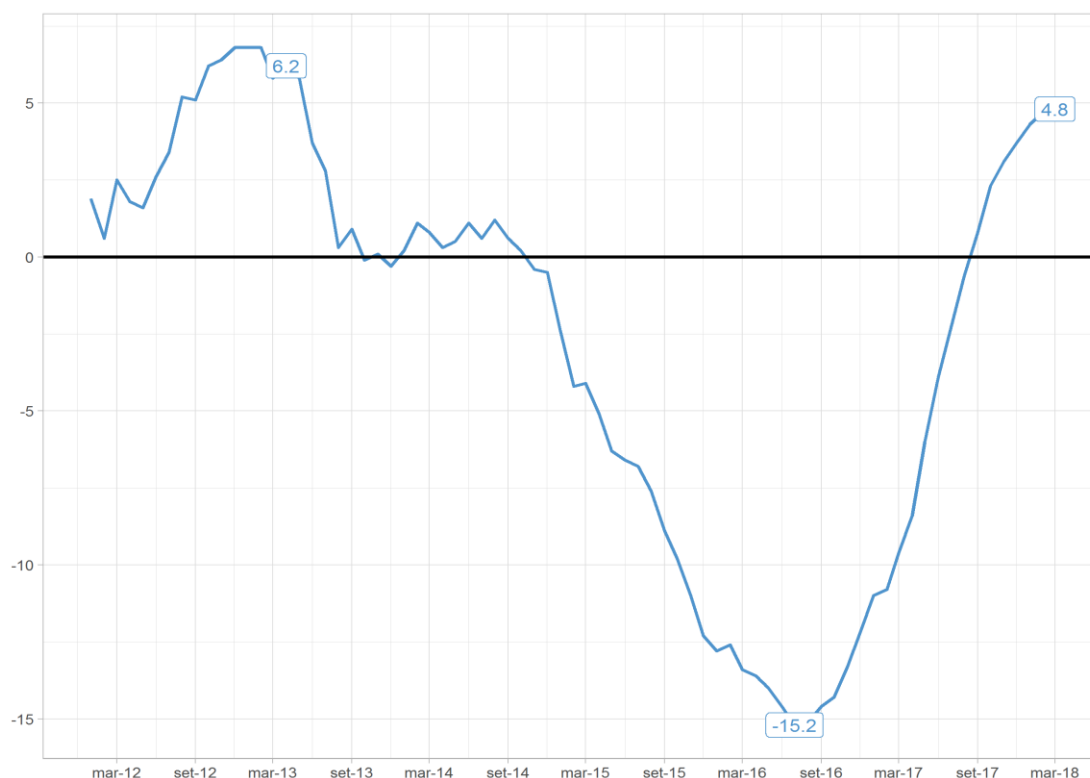
Tabela 2 - Volume de vendas dos segmentos do comércio varejista ampliado - Variação trimestral e anual frente ao mesmo período do ano anterior (%) - Distrito Federal - 2017 e 2018

Atividade	2017				2018
	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	1º Tri
1. Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	-4,5	-1,0	6,0	3,4	1,7
2. Combustíveis e lubrificantes	-6,2	-11,2	-10,8	-9,7	-0,2
3. Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	29,6	7,1	-29,8	-0,7	-23,2
4. Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-22,0	-8,4	-7,3	-11,3	-4,4
<i>Hipermercados e supermercados</i>	-25,7	-12,4	-12,6	-15,9	-5,5
5. Livros, jornais, revistas e papelaria	-5,7	-2,5	-7,9	-28,8	-28,8
6. Material de construção	23,2	24,5	28,7	22,9	-3,3
7. Móveis e eletrodomésticos	-0,3	6,1	13,0	7,6	1,0
<i>Móveis</i>	10,2	38,4	44,7	50,7	8,7
<i>Eletrodomésticos</i>	-0,7	0,8	8,7	-0,1	-1,3
8. Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-5,1	5,7	4,2	5,3	12,1
9. Tecidos, vestuário e calçados	-0,9	1,4	-2,4	-8,5	-9,0
10. Veículos, motocicletas, partes e peças	3,3	37,0	19,4	16,6	10,8

Fonte: PMC/IBGE

Elaboração: DIEPS/Codeplan

(1) Comércio varejista ampliado inclui além dos segmentos do comércio varejista, os segmentos de veículos, motocicleta, partes e peças e de material de construção.

Gráfico 3 - Volume de vendas dos segmentos do comércio varejista ampliado - Variação acumulada em 12 meses (%) - Distrito Federal - 2013 a 2018

Fonte: IBGE

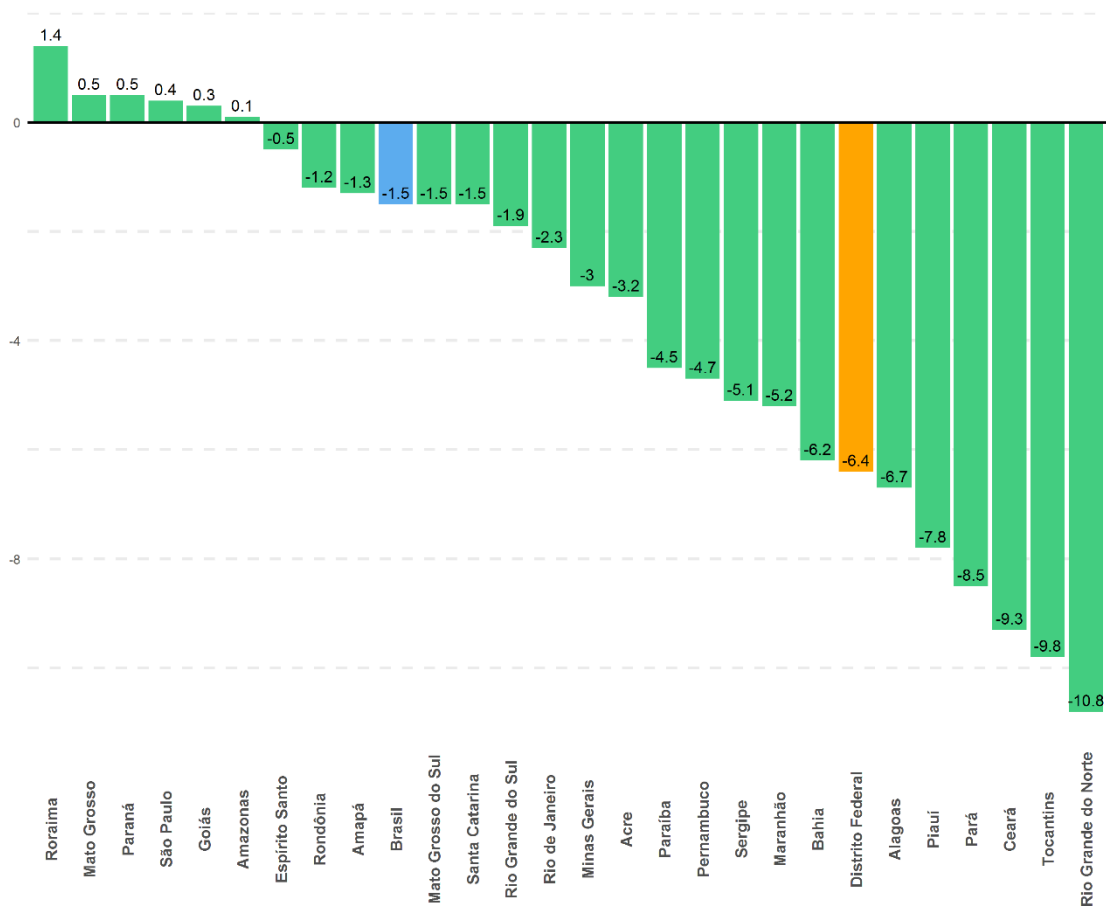
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

(1) Comércio varejista ampliado inclui, além dos segmentos do comércio varejista, os segmentos de veículos, motocicleta, partes e peças e de material de construção

3.2. Segmento de Serviços não financeiros

Os dados da Pesquisa Mensal dos Serviços (PMS/IBGE) para o primeiro trimestre de 2018 apontam retração também no setor de *Serviços*, de 6,4%. Este resultado diverge daquele observado no Idecon/DF em certa medida devido ao fato de a PMS não incorporar o setor público, o qual apresentou avanço de 1,9% no trimestre de acordo com o Índice de desenvolvimento econômico para o Distrito Federal. Todavia, diferente do verificado na pesquisa de *Comércio*, o Distrito Federal não aparece como exceção: das 28 regiões pesquisadas, apenas seis apresentaram crescimento no trimestre – cinco delas com variação menor ou igual a 0,5% (Gráfico 4).

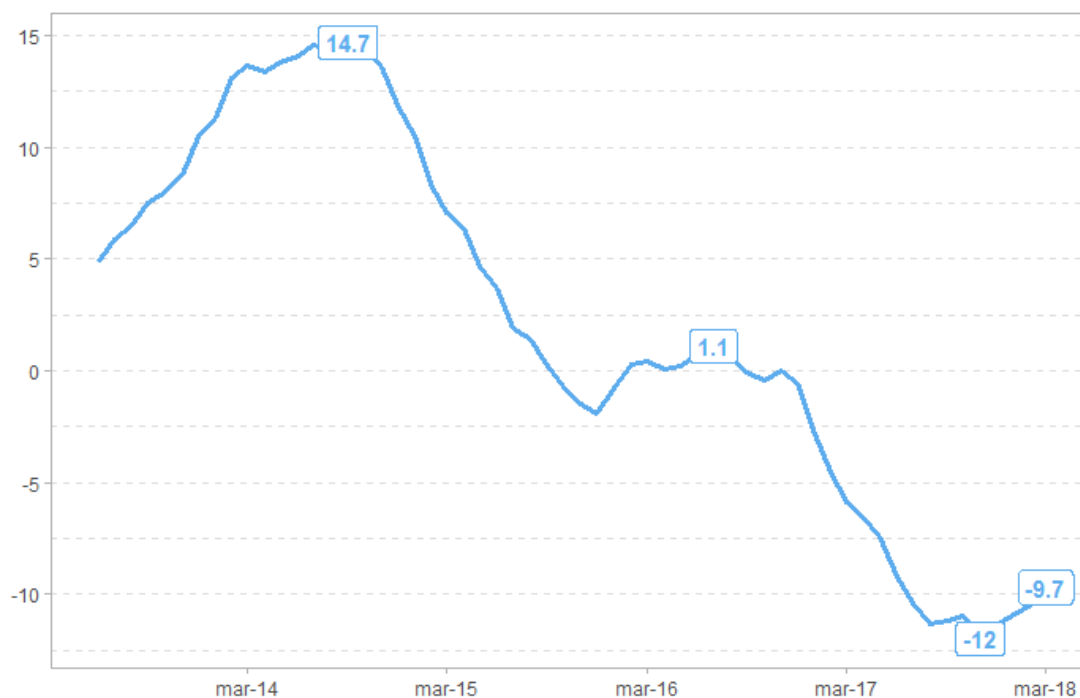
Gráfico 4 - Variação (%) do volume de Serviços - Brasil e Unidades da Federação - Variação (%) acumulada no 1º trimestre de 2018



Fonte: IBGE
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Em termos de trajetória, o setor de *Serviços* também apresenta cenário bem diferente daquele observado no *Comércio*. Em particular, o início da retração ocorreu mais tarde – em setembro de 2014 – e a recuperação somente teve início em período mais recente – a partir de novembro de 2017. Entre estes dois pontos, entretanto, houve um período de relativa recuperação seguida de estabilidade. Adicionalmente, vale destacar que a queda no setor de *Serviços* foi bem mais severa – de 14,7% em setembro de 2014 para -12% em novembro de 2017 (Gráfico 5). Isto sugere uma retomada mais lenta e não linear do setor.

Gráfico 5 - Volume de Serviços - Variação acumulada em 12 meses (%)
- Distrito Federal - 2013-2018



Fonte: Codeplan e IBGE
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Na análise desagregada, todos os subsetores apresentaram retração no primeiro trimestre deste ano quando comparados ao mesmo período de 2017. Entretanto alguns segmentos registraram deterioração menor do que a verificada nos trimestres anteriores, como os *Serviços prestados às famílias* e os *Outros serviços*. Mas os *Serviços de informação e comunicação* e os *Serviços profissionais, administrativos e complementares* voltaram a registrar encolhimento depois de crescerem no trimestre anterior.

Tabela 3 - Volume de Serviços - Variação trimestral frente ao mesmo período do ano anterior (%) - Distrito Federal - 2017 e 2018

Atividade	2017				2018
	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	1º Tri
Serviços prestados às famílias ⁽¹⁾	-21,35	-17,06	-17,99	-18,27	-0,28
Serviços de informação e comunicação	-5,86	1,73	-0,72	4,55	-4,03
Serviços profissionais, administrativos e complementares ⁽²⁾	-12,86	-6,84	-6,61	4,22	-7,74
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	-5,16	-14,54	-14,57	-6,75	-9,38
Outros serviços ⁽³⁾	-21,50	-40,16	-24,22	-21,29	-9,24

Fonte: PMS/IBGE
Elaboração: DIEPS/Codeplan

(1) Os serviços prestados às famílias incluem alojamento e alimentação e outros serviços.

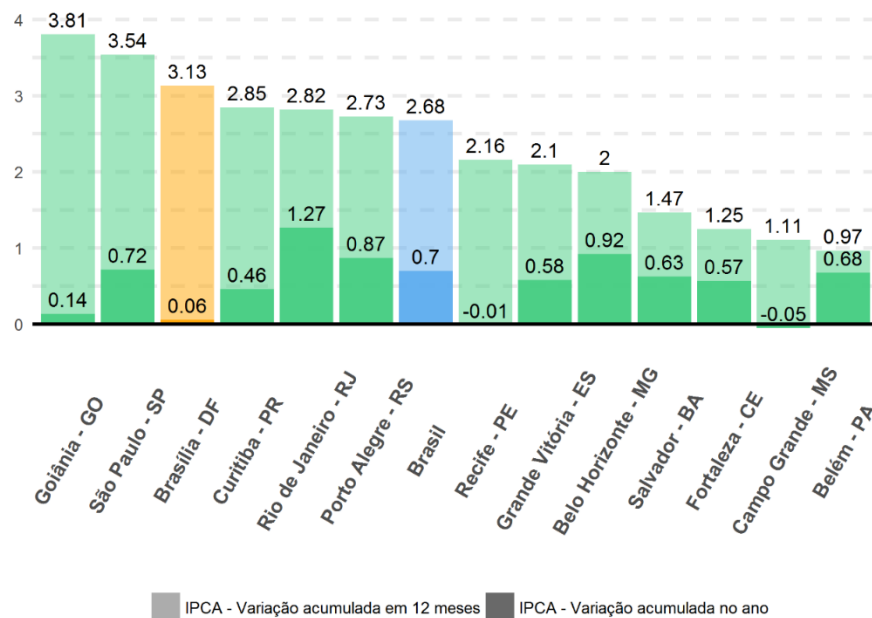
(2) Os serviços profissionais, administrativos e complementares incluem serviços jurídicos, contábeis, de engenharia e arquitetura, de publicidade, e serviços de seleção de mão de obra, de agências de viagem, vigilância e segurança, entre outros.

(3) Outros serviços incluem atividades como as imobiliárias, as atividades de manutenção e reparação de veículos, motocicletas, equipamentos de informática e comunicação, atividades de apoio à agropecuária e atividades de esgoto e coleta de resíduos sólidos.

4. ANÁLISE DE PREÇOS

Após encerrar 2017 com a maior inflação entre as treze regiões pesquisadas³, os preços em Brasília apresentaram sinais de arrefecimento nos primeiros meses de 2018. De fato, o IPCA acumulado em doze meses melhorou duas posições na comparação ao registrar 3,13% em março. Adicionalmente, o processo de convergência se mostra ainda mais intenso quando observados os valores acumulados no ano: com variação de 0,06%, o IPCA de Brasília registrou o menor valor da sua série histórica⁴ para o primeiro trimestre e em nível regional só ficou acima de Campo Grande/MS (-0,05%) e Recife/PE (-0,01%).

Gráfico 6 - IPCA por regiões pesquisadas pelo IBGE - variação acumulada no ano e em doze meses (%) - março de 2018



Fonte: IBGE
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Este movimento refletiu, em grande medida, o comportamento deflacionário nos grupos *Transportes* (-1,76%) e *Habitação* (-0,69%).⁵ Por um lado, as variações negativas no preço da gasolina em janeiro (-1,68%) e em março (-2,59%) somaram-se às reduções sazonais nos preços das passagens aéreas para garantir um cenário mais favorável no grupo *Transportes*; por outro lado, a mudança da bandeira tarifária de vermelha em dezembro de 2017 para verde em janeiro de 2018 ocasionou a redução da energia elétrica residencial em 5,19%, neste mês, contribuindo para o resultado no grupo *Habitação*.

³ O IPCA acumulado em 2017 para Brasília foi de 3,76%. Juntamente com Goiânia (GO), foi o maior índice entre as regiões pesquisadas. Em grande medida, este resultado ocorreu por conta da forte elevação no grupo Transportes (7,54% em Brasília contra 4,10% na média nacional) e do menor recuo registrado pelo grupo Alimentação e bebidas (-0,21% em Brasília contra -1,87% na média nacional). Para mais detalhes, ver o Boletim de Conjuntura do quarto trimestre de 2017.

⁴ Compreende os valores registrados entre janeiro de 2012 e março de 2018 conforme divulgados pelo Sistema de Recuperação Automática (SIDRA/IBGE).

⁵ Os grupos *Comunicação* e *Vestuário* também apresentaram variações negativas. Entretanto, com pesos médios de 5% e 6%, respectivamente, exercem menor impacto sobre o índice geral. Por outro lado, *Habitação* e *Transportes* têm participação de 15% e 19%, respectivamente.

Tabela 4 - IPCA índice geral e grupos - Brasília e Brasil - Variação acumulada (%) - março de 2018

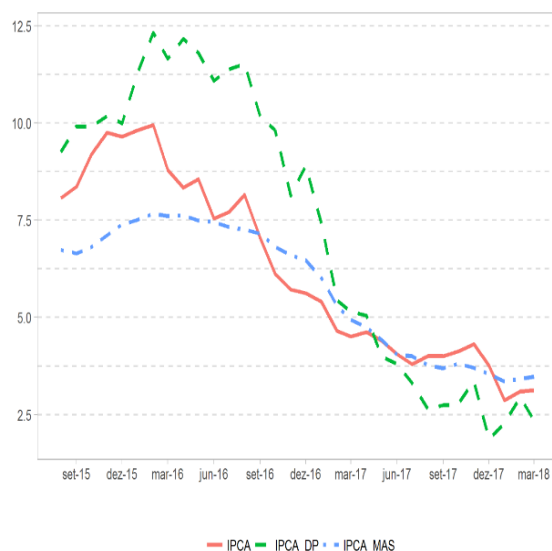
Grupo	Brasil		Brasília	
	1º Trimestre	12 meses	1º Trimestre	12 meses
Índice geral	0,70	2,68	0,06	3,13
1.Alimentação e bebidas	0,48	-1,64	1,09	0,75
2.Habitação	-0,44	4,13	-0,69	2,23
3.Artigos de residência	0,24	-1,03	0,09	-1,84
4.Vestuário	-1,02	2,45	-0,72	2,93
5.Transportes	1,59	5,60	-1,76	6,13
6.Saúde e cuidados pessoais	1,29	5,88	0,87	5,76
7.Despesas pessoais	0,44	3,51	0,48	3,79
8.Educação	4,41	5,15	3,37	4,12
9.Comunicação	-0,17	0,92	-0,18	1,57

Fonte: IBGE

Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Apesar da importante contribuição destes dois itens, vale ressaltar o caráter estrutural e disseminado do processo de convergência da inflação de Brasília para um patamar mais próximo daquele verificado na média nacional. Em termos gerais, as medidas de núcleo por média aparada suavizada e por dupla ponderação mostram que a convergência ocorre mesmo quando desconsiderado (ou relativizado) o comportamento dos itens com as maiores e menores variações dentro do índice.⁶

Ademais, o Índice de difusão – indicador que mede a parcela dos subitens cuja variação foi positiva no período -- está em seu menor nível histórico, registrando valores inferiores a 50% desde o fim do ano passado.

Gráfico 7 - IPCA e Núcleos - Brasília
Variação acumulada em doze meses (%)

Fonte: IBGE

Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Gráfico 8 - Índice de difusão do IPCA Brasília
Média móvel de 3 meses (%)

⁶ A medida de média aparada suavizada retira do índice geral aqueles itens com as maiores e menores variações a cada mês, ao passo que a medida de dupla ponderação atribui peso inversamente proporcional aos itens de acordo com sua volatilidade. Para mais detalhes sobre a construção destes indicadores, ver a Nota Técnica “Medidas de Núcleo para a Inflação de Brasília”.

Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/NT-Medidas-de-N%C3%BAcleo-de-Infla%C3%A7%C3%A3o-para-Bras%C3%ADlia.pdf>

A análise do INPC – o qual considera a mesma cesta do IPCA, porém com pesos ajustados ao consumo das famílias com rendimento entre um e cinco salários mínimos – revela comportamento parecido ao do indicador amplo. Em especial, nota-se que a variação acumulada no trimestre foi da mesma magnitude do IPCA e no acumulado em 12 meses, a variação do índice geral foi virtualmente igual à da média nacional.

A diferença mais notável, contudo, foi no grupo *Transportes*. Em particular, como os preços das passagens aéreas e da gasolina exercem impactos bastante inferiores para esta faixa de renda, a queda nestes itens apresentou efeito mais modesto sobre o grupo.

Tabela 5 - INPC - índice geral e grupos - Brasília e Brasil - Variação acumulada (%) - março de 2018

Grupo	Brasil		Brasília	
	1º Trimestre	12 meses	1º Trimestre	12 meses
Índice geral	0,48	1,56	0,06	1,55
1.Alimentação e bebidas	0,23	-2,60	1,13	-0,32
2.Habituação	-0,75	4,08	-0,64	1,81
3.Artigos de residência	0,30	-1,33	0,04	-2,14
4.Vestuário	-0,94	2,53	-0,41	3,26
5.Transportes	2,41	4,82	-0,73	3,05
6.Saúde e cuidados pessoais	0,82	3,93	0,12	3,34
7.Despesas pessoais	0,20	2,82	0,40	2,56
8.Educação	4,05	5,21	1,78	2,70
9.Comunicação	-0,27	0,57	-0,08	0,44

Fonte: IBGE

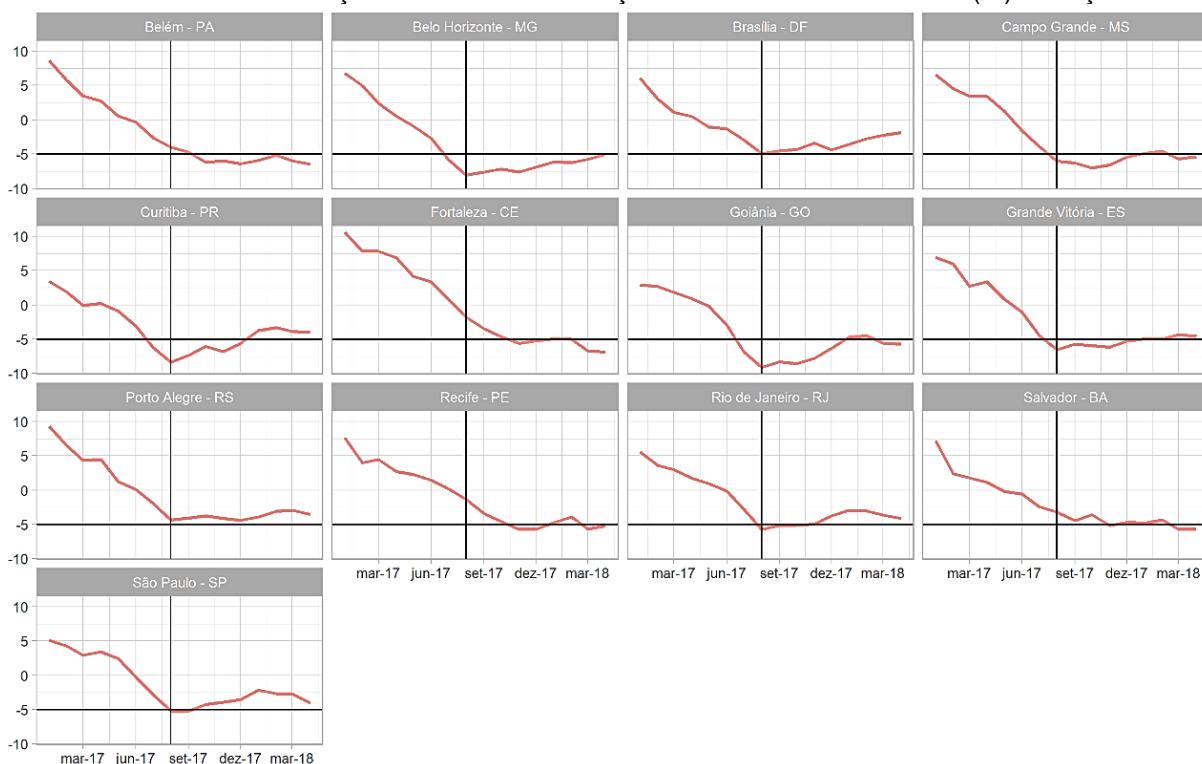
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

4.1. Estudo especial: alimentação no domicílio

O grupo *Alimentação e bebidas* sofreu uma inflexão em sua trajetória de queda a partir do segundo semestre de 2017, exercendo impacto relevante sobre o IPCA de Brasília naquele ano e também no primeiro trimestre de 2018.⁷ Em larga medida, este resultado está associado ao comportamento do subgrupo *Alimentação no domicílio*, o qual representa cerca de 55% do grupo e 12% do índice geral do IPCA em Brasília.⁸ Vale destacar que este movimento não foi restrito à economia brasiliense, mas esteve presente, em maior ou menor grau, em todas as regiões pesquisadas pelo IBGE (Gráfico 9). Isto sugere a predominância de fatores não específicos.

⁷ Este grupo representa cerca de 1/5 da cesta de consumo considerada no cálculo do IPCA de Brasília.

⁸ No INPC, o peso deste subgrupo chega a 16,5%.

Gráfico 9 - IPCA - Alimentação no domicílio - Variação acumulada em 12 meses (%) - março de 2018

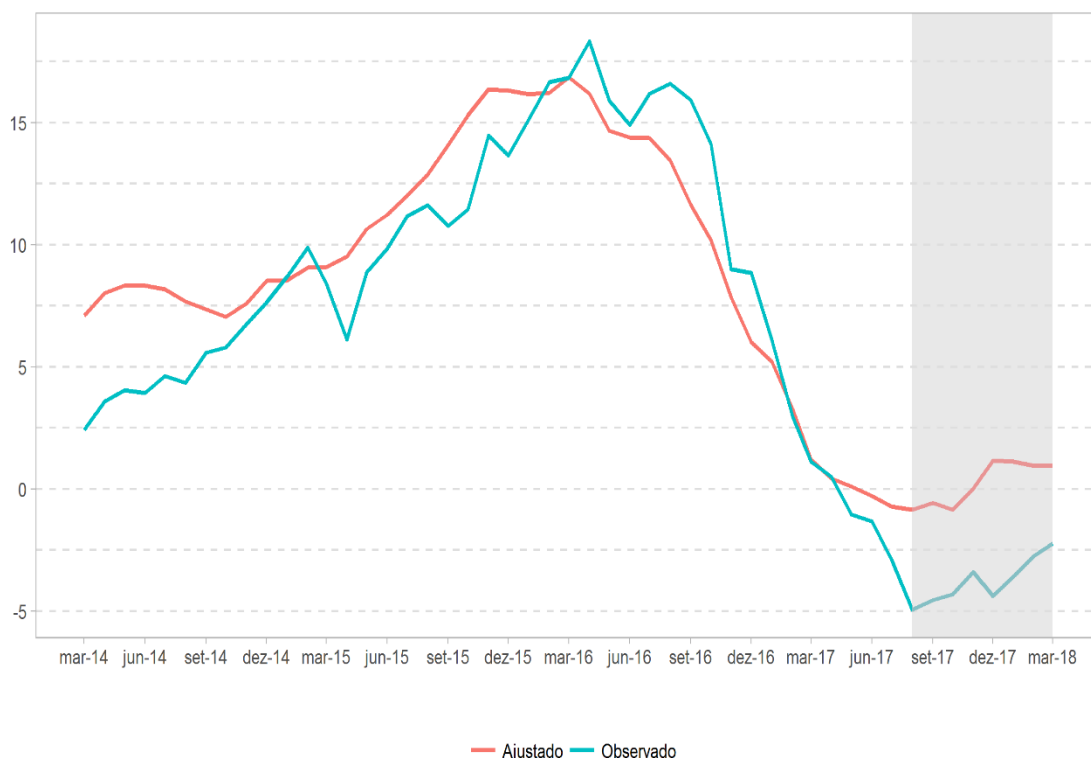
Fonte: IBGE

Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Entre os fatores que condicionam o movimento neste subgrupo destacam-se o preço internacional das *commodities* agropecuárias, a atividade econômica, a taxa de câmbio e os fenômenos climáticos *El niño/La niña*.⁹ Com o objetivo de identificá-los e mensurar seus efeitos, foi estimado um modelo econométrico com dados mensais de janeiro de 2012 a março de 2018.¹⁰ A série ajustada pelo modelo, juntamente com a série de valores realizados é apresentada no Gráfico 10.

⁹ Os fenômenos climáticos *El niño/La niña* caracterizam-se por variações de temperatura na superfície do oceano pacífico cujos efeitos podem ser sentidos sobre as características atmosféricas e regime de chuvas em diversas regiões, inclusive no Brasil. Para maiores detalhes, ver: <http://enos.cptec.inpe.br/>.

¹⁰ Baseado no box “Evolução recente da inflação de alimentos” do Relatório Trimestral de Inflação do Banco Central do Brasil de Junho de 2016.

Gráfico 10 - IPCA-Brasília - Alimentação no domicílio - Variação acumulada em 12 meses (%) - março de 2018

Fonte: IBGE
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Não obstante a diferença de nível, o modelo é capaz de capturar de forma satisfatória a trajetória de inflexão no período recente.¹¹ Em particular, o modelo sugere que o crescimento do preço internacional das *commodities*¹² agropecuárias tem papel relevante na dinâmica observada. Ademais, a ocorrência mais tardia do fenômeno *La niña* em 2017 parece ter contribuído para o avanço observado no subgrupo analisado.

De acordo com o modelo, o fenômeno climático *La niña* provoca, em média, uma redução na inflação de alimentos no domicílio em Brasília. Em 2016, o fenômeno teve início em agosto, dissipando-se em janeiro de 2017. Considerando a defasagem na transmissão para os preços, os efeitos mais notáveis seriam observados entre novembro de 2016 e março de 2017. De fato, isto parece ter ajudado a manter os preços dos alimentos no domicílio em trajetória de queda no início de 2017 apesar da elevação observada nos preços das *commodities* (área sombreada no Gráfico 11).

¹¹ A diferença em nível parece derivar, em alguma medida, da *proxy* utilizada como medida de atividade do estudo, a qual corresponde ao primeiro componente principal do volume de serviços e de comércio. Quando substituída pelo IBC-Br esta diferença é menor.

¹² Não foi possível identificar separadamente os efeitos do preço internacional das *commodities* e da taxa de câmbio devido à elevada correlação entre estas variáveis. Optou-se por utilizar a primeira por proporcionar melhor ajuste via R²-ajustado.

Gráfico 11- Índice de commodities agro (t-2) - Variação acumulada em 12 meses (%) - março de 2018

Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Já em 2017, o início do fenômeno climático ocorreu em outubro estendendo-se até março de 2018 (data de corte) com efeitos observáveis somente a partir de janeiro de 2018. Portanto, o efeito redutor que ocorreu entre o fim de 2016 e início de 2017 não se materializou neste mesmo período em 2017/2018 e, somado ao crescimento nos preços internacionais de *commodities* agropecuárias, contribuiu para o avanço dos preços dos alimentos no domicílio no período.

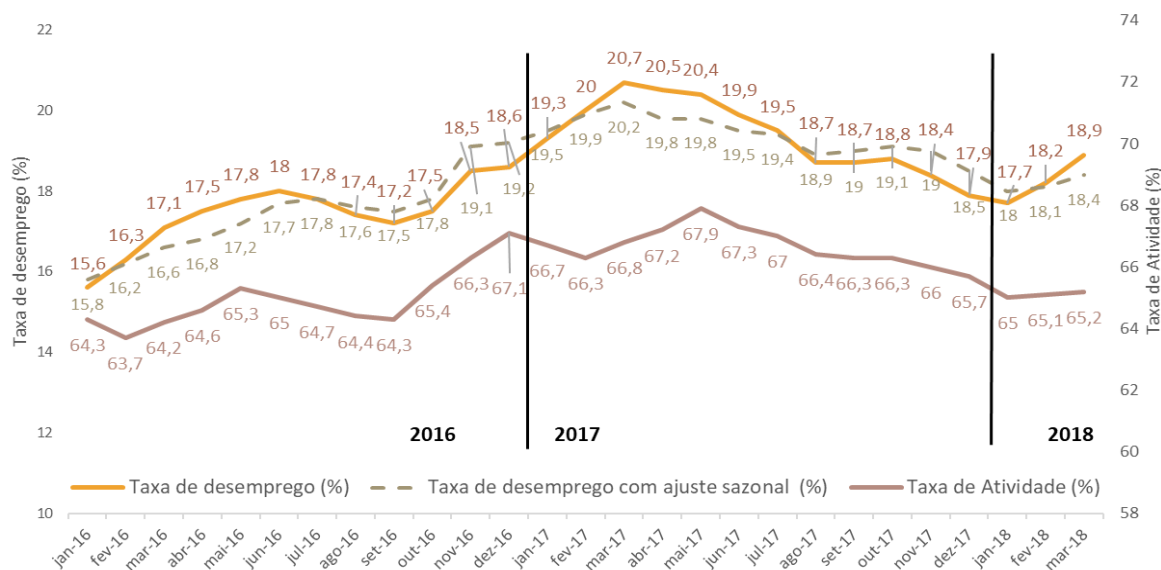
5. MERCADO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL

Após fechar ano de 2017 com uma perspectiva de recuperação, a leitura dos dados da Pesquisa do Emprego e Desemprego (PED) referente ao primeiro trimestre de 2018 mostra uma situação menos confortável para o mercado de trabalho no Distrito Federal ainda que parte dos resultados se mostre positiva. De um lado, aumentos da taxa de desemprego e também do número de desempregados indicam que o DF não tem sido bem-sucedido na criação de postos de trabalho suficientes para absorver a mão de obra procurando emprego. De outro lado, houve criação de empregos formais, ratificada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) e pelos registros do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged/MT). Ainda que insuficiente, esse acréscimo sinaliza que o mercado está caminhando no sentido de oferecer empregos de maior qualidade e com cobertura social. Note-se também que o fato de o mercado formal reagir pode atuar como motor para o aumento da força de trabalho na região, que mostrou elevação na taxa de participação da população em idade ativa no mercado de trabalho.

A taxa de desemprego medida pela PED passou de 17,7% na média móvel dos três meses encerrados em dezembro para 18,9% na média móvel dos três meses encerrados em março. Esse aumento da taxa advém de uma redução do número de ocupados no DF, com destaque para a diminuição de empregos informais: trabalhadores sem carteira assinada e autônomos.

Note-se, no entanto, a ocorrência de sazonalidade no primeiro trimestre, quando ocorrem muitas demissões após o período de festas do final do ano. Ao ajustar a série da taxa de desemprego para incorporar esse período de queda, se observa que a taxa se mantém estável entre dezembro e março, saindo de 18,5% para 18,4% ao fim dos primeiros três meses de 2018.

Gráfico 12 - Resultados mercado de trabalho - Taxa de desemprego (%), Taxa de atividade (%) - Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) - Distrito Federal - média trimestral - 2016, 2017 e 2018



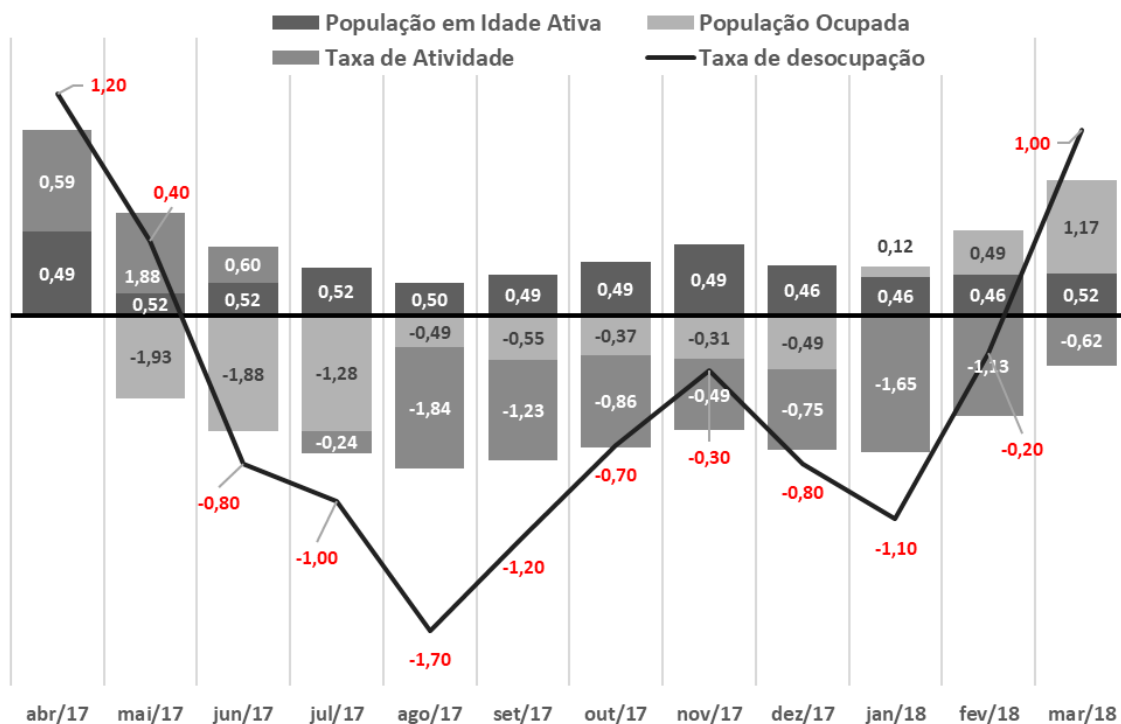
Fonte: PED-DF - Convênio Seatrab-GDF, Codeplan, Seade-SP e Dieese

Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Obs.: Ajuste sazonal foi realizado por: GECON/DIEPS/Codeplan com software ARIMA13X.

Quando analisada por meio de seus componentes, observa-se que o resultado da taxa de desemprego é reflexo do comportamento da população ocupada. O exercício de decomposição da taxa (Gráfico 13) mostra que a queda na população ocupada na média móvel trimestral janeiro-fevereiro-março¹³ contribuiu com 1,17 pp para o aumento na taxa de desocupação ou 70% da contribuição total da alta –, enquanto o crescimento da população em idade ativa contribuiu com 0,51 pp – os 30% restantes,¹⁴ entretanto a taxa de participação¹⁵ teve movimento inverso, com contribuição negativa de 0,62 pp, evitando que o aumento fosse maior.

Gráfico 13 - Decomposição da variação (%) da taxa de desocupação por componentes: População em Idade Ativa (PIA), População Ocupada (PO) e Taxa de Atividade (TA) - média móvel trimestral



Fonte: PED-DF - Convênio Seatrab-GDF, Codeplan, Seade-SP e Dieese
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

O que essa decomposição aponta é que a taxa de desemprego aumentou porque houve redução de pessoas que estavam ocupadas. Concomitantemente, houve diminuição de pessoas que integravam a força de trabalho, isto é, migração de pessoas que estavam ativas (ocupadas ou procurando emprego) para a condição de inativas (não estavam procurando emprego). Conforme mencionado em boletim anterior, a expectativa era de manutenção da taxa de participação perto de sua média histórica, considerando um cenário de recuperação econômica. Essa manutenção da taxa não se verificou e, diante da diminuição de ocupados, a explicação mais possível é de aumento do desalento – situação em que a pessoa desiste de procurar emprego após algum tempo desempregada.

¹³ A PED é estimada em média móvel trimestral.

¹⁴ Este exercício foi baseado no box “Decomposição da evolução da taxa de desemprego” do Relatório Trimestral de Inflação divulgado pelo Banco Central do Brasil no terceiro trimestre de 2014. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2014/09/ri201409b1p.pdf>

¹⁵ A taxa de participação é a razão entre a população economicamente ativa (ocupados mais desocupados que buscam emprego) e a população em idade ativa (todos com idade igual ou acima de 15 anos). Dito de outra forma, é a oferta efetiva de trabalhadores no mercado de trabalho.

Assim, no que diz respeito ao número de pessoas ocupadas, a PED registrou diminuição de 1,4% no número total de ocupados em março em relação a dezembro, considerada a média móvel de três meses. Essa diminuição concentrou-se nos empregados do setor privado sem carteira assinada (-10,7%) e nos empregados domésticos (-5,7%) e autônomos (-7,2%) – estes dois haviam concentrado a alta no trimestre anterior. O número de ocupados no setor privado com carteira assinada teve pequena variação negativa, de -0,7%, apontando estabilidade e, no setor público, houve aumento de 3,4%, quarto seguido desde novembro do ano passado.

Em termos setoriais, a queda no número de ocupados ocorreu em todos os setores, com destaque para o setor de serviços, que representa 70% dos ocupados do DF e que teve redução de 17 mil pessoas, porém com variação relativa de -1,8%. Em termos relativos à construção mostrou maior queda, com 2,9%, porém, em termos absolutos, mostra diminuição de dois mil ocupados em relação a dezembro de 2017.

Tabela 6 - Resultados mercado de trabalho - Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) - Distrito Federal - Março de 2018

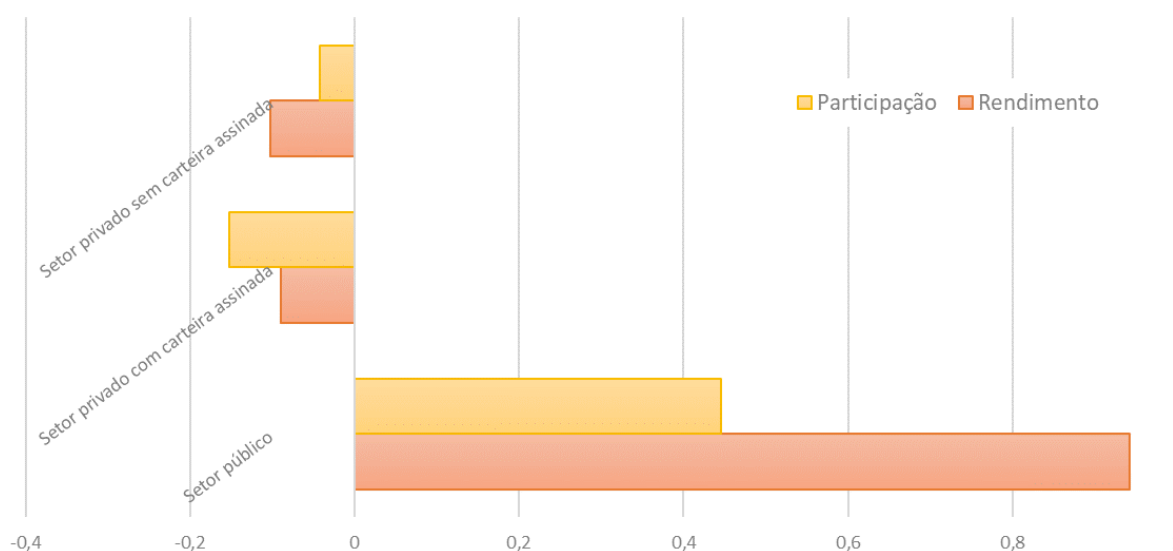
Indicadores da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)							
				mar-2018/dez-2017		mar-2018/mar-2017	
	mar/17	dez/17	mar/18	Variação %	Variação Absoluta	Variação %	Variação Absoluta
Indicadores (em mil pessoas)							
<i>População</i>							
Em idade ativa	2.433	2.478	2.494	0,6	16	2,5	61
Economicamente ativa	1.625	1.630	1.625	-0,3	-5	0,0	0
Ocupados	1.289	1.337	1.318	-1,4	-19	2,2	29
Desocupados	336	292	307	5,1	15	-8,6	-29
Inativos com 14 anos ou mais	808	849	869	2,4	20	7,5	61
<i>Posição na ocupação</i>							
Total de ocupados	1.289	1.337	1.318	-1,4	-19	2,2	29
Total de assalariados	920	956	949	-0,7	-7	3,2	29
Setor privado	625	663	646	-2,6	-17	3,4	21
Com carteira assinada	530	550	546	-0,7	-4	3,0	16
Sem carteira assinada	95	112	100	-10,7	-12	5,3	5
Setor público	295	293	303	3,4	10	2,7	8
Autônomos	180	195	181	-7,2	-14	0,6	1
Empregados domésticos	86	87	82	-5,7	-5	-4,7	-4
Demais posições	103	99	106	7,1	7	2,9	3
<i>Setor da ocupação</i>							
Total de ocupados	1.289	1.337	1.318	-1,4	-19	2,2	29
Indústria de transformação	44	45	45	0,0	0	2,3	1
Construção	59	68	66	-2,9	-2	11,9	7
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	227	236	234	-0,8	-2	3,1	7
Serviços	937	970	953	-1,8	-17	1,7	16
Administração pública, defesa e seguridade social	178	182	186	2,2	4	4,5	8
<i>Rendimento médio real (em reais) dos ocupados, assalariados</i>							
Ocupados	3.971	3.601	3.764	4,5	163	-5,2	-207
Taxas (em pontos percentuais)				Variação p.p.			
Taxa de desemprego total	20,7	17,9	18,9	-	1,0	-	-1,8
Nível da ocupação	53,0	54,0	52,8	-	-1,1	-	-0,1
Taxa de participação na força de trabalho	66,8	65,8	65,2	-	-0,6	-	-1,6

Fonte: PED-DF - Convênio Seatrab-GDF, Codeplan, Seade-SP e Dieese
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Já na comparação com o trimestre encerrado em março de 2017, os resultados apontam para melhorias em quase todas as variáveis, com aumento da ocupação e redução do desemprego. Isso mostra que a situação do mercado de trabalho no primeiro trimestre do ano passado estava muito pior, refletindo a recessão econômica em pleno curso no Distrito Federal.

Apesar da queda no número de ocupados, o rendimento médio dos assalariados sofreu elevação de 4,5% em termos reais na passagem de dezembro de 2017 para março deste ano, utilizando como referência a média móvel de três meses. Este resultado pode ser atribuído ao fato de os salários daqueles que são admitidos ou desligados serem inferiores ao salário daqueles que permanecem ocupados.¹⁶ Além disso, contribuiu com o aumento da participação relativa dos ocupados no setor público e, principalmente, com o aumento dos rendimentos reais desse grupo.¹⁷ Por tratar-se de grande parcela no total de trabalhadores ocupados (cerca de um terço dos assalariados), este movimento conjunto acaba exercendo forte influência no rendimento médio total. Vale destacar que o avanço no rendimento desta categoria ajudou a amortecer o impacto negativo dos outros grupos do setor privado.

Gráfico 14 - Decomposição da variação do rendimento médio total entre os componentes rendimento e participação do número de empregados, por posição na ocupação - Distrito Federal - março de 2018



Fonte: PED-DF - Convênio Seatrab-GDF, Codeplan, Seade-SP e Dieese
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Os dados da PNAD Contínua Trimestral (IBGE) para o Distrito Federal referentes ao primeiro trimestre seguiram a mesma tendência da Pesquisa de Emprego e Desemprego. Em especial, a taxa de desocupação foi de 14,0% em março contra 13,2% em dezembro – avanço de 0,9 pp. Por um lado, o total de ocupados aumentou 0,6% e, de outro, houve forte alta no número de desocupados, de 7,4%. Como houve estabilidade no número de inativos, o aumento da população em idade ativa foi decisivo para a variação positiva na taxa de participação, isto é, para um acréscimo de pessoas na força de trabalho. Como esse movimento não veio com a criação correspondente de vagas de emprego, houve crescimento do número de desocupados.

¹⁶ De acordo com o box “Comportamento recente do rendimento do trabalho” do boletim regional do Banco Central do Brasil, divulgado em julho de 2017, os trabalhadores demitidos ou contratados recebem, respectivamente, 56% e 50% a menos que aqueles que permanecem ocupados, em média.

¹⁷ Este exercício foi baseado no box “Comportamento recente do rendimento do trabalho” do Boletim Regional do Banco Central do Brasil de julho de 2017.

Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2017/07/br201707b2p.pdf>

Tabela 7 - Resultados mercado de trabalho - Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua Trimestral - Distrito Federal - 1º Trimestre de 2018

Indicadores da PNAD Contínua - População de 14 anos ou mais de idade							
				1º tri 2018 / 4º tri 2017		1º tri 2018 / 1º tri 2017	
	jan-fev- mar/2017	out-nov- dez/2017	jan-fev- mar/2018	Variação %	Diferença	Variação %	Diferença
Indicadores (em mil pessoas)							
<i>População</i>							
Em idade para trabalhar	2.455	2.520	2.544	1,0	24	3,6	89
Na força de trabalho	1.656	1.640	1.664	1,5	24	0,5	8
Ocupada	1.422	1.423	1.431	0,6	8	0,6	9
Desocupada	234	217	233	7,4	16	-0,4	-1
Fora da força de trabalho	799	880	880	0,0	0	10,1	81
<i>Posição na ocupação</i>							
Empregado no setor privado com carteira	550	535	561	4,9	26	2,0	11
Empregado no setor privado sem carteira	90	137	124	-9,5	-13	37,8	34
Trabalhador doméstico	104	99	105	6,1	6	1,0	1
Empregado no setor público (inclusive servidor estatutário e militar)	318	304	315	3,6	11	-0,9	-3
Empregador	75	80	65	-18,8	-15	-13,3	-10
Conta própria	274	263	252	-4,2	-11	-8,0	-22
Trabalhador familiar auxiliar	10	6	9	50,0	3	-10,0	-1
<i>Rendimento médio real habitual (em reais)</i>							
Pessoas ocupadas (todos os trabalhos)	3.750	4.000	4.027	0,7	27	7,4	277
Taxas (em pontos percentuais)							
Taxa de desocupação	14,1	13,2	14,0	-	0,8	-	-0,1
Nível da ocupação	57,9	56,5	56,2	-	-0,3	-	-1,7
Taxa de participação na força de trabalho	67,5	65,1	65,4	-	0,3	-	-2,1

Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE
Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Tanto a PED/DF como a PNADCT/DF apontam para a criação de empregos formais no primeiro trimestre de 2018 em comparação ao mesmo período de 2017. A análise dos registros administrativos do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged/MTE) corrobora esse resultado, com expressivo saldo positivo de admitidos no mercado de trabalho formal. As admissões superaram os desligamentos em 5.658 na soma dos primeiros três meses de 2018 contra um saldo de apenas 704 vínculos no mesmo período de 2017. O destaque do 1º trimestre desse ano foi o setor de serviços que abriu 3.968 postos de trabalho. No ano passado, o saldo havia sido de 982 postos.

A melhora do mercado de trabalho formal é vista também no acumulado em quatro trimestres, que aponta saldo positivo de 6.144 vínculos entre abril de 2017 e março de 2018. Nos 12 meses anteriores, o saldo estava em -20.712 empregos. Isto é, o Distrito Federal, em 12 meses, saiu de uma situação de destruição de postos de trabalho para uma situação de criação de vínculos.

Tabela 8 - Saldo de vínculos empregatícios⁽¹⁾ no CAGED - Distrito Federal - março de 2018

Saldo entre admitidos (+1) e desligados (-1)				
Setores de Atividade Econômica	2017		2018	
	1º trimestre	1º trimestre	1º trimestre	3º trimestre
Total de vínculos	704	-20.712	5.658	6.144
Agropecuária	476	116	478	-69
Indústria	-754	-6.101	1.620	2.245
<i>Extrativa mineral</i>	-11	-17	2	10
<i>Indústria de transformação</i>	-162	-1.279	520	597
<i>Construção Civil</i>	-545	-4.405	1.142	1.937
<i>Serviços Industriais de Utilidade Pública</i>	-36	-400	-44	-299
Serviços	982	-14.727	3.560	3.968
<i>Demais serviços</i>	2.547	-8.943	5.012	4.423
<i>Comércio</i>	-1.548	5.674	-1.469	231
<i>Administração Pública</i>	-17	-110	17	-686

Fonte: RAIS/CAGED - Ministério do Trabalho

Elaboração: DIEPS/Codeplan

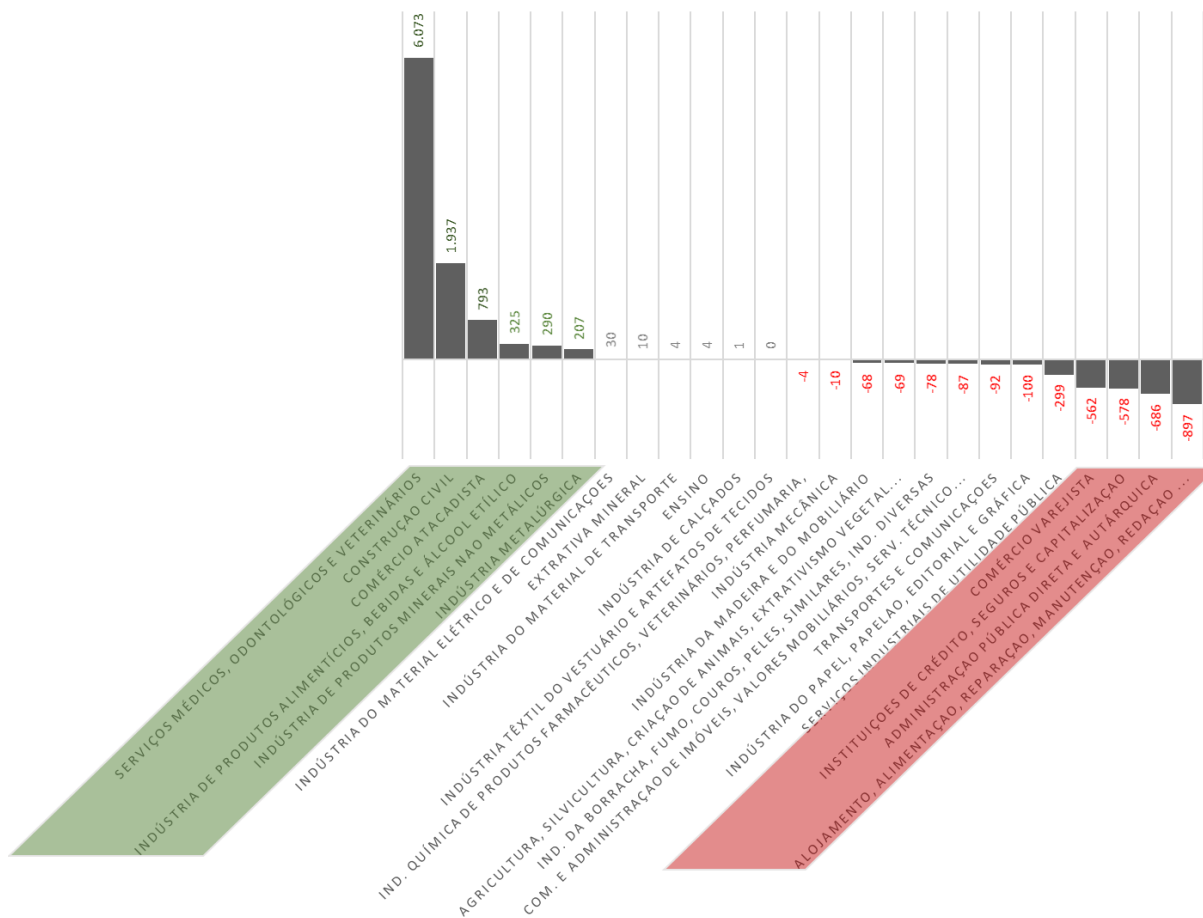
⁽¹⁾ O saldo é calculado a partir da diferença entre admitidos (+1) e demitidos (-1) dentro e fora do prazo.

A melhora do mercado de trabalho formal é vista também no acumulado em quatro trimestres, que aponta saldo positivo de 6.144 vínculos entre abril de 2017 e março de 2018. Nos 12 meses anteriores, o saldo estava em -20.712 empregos. Isto é, o Distrito Federal, em 12 meses, saiu de uma situação de destruição de postos de trabalho para uma situação de criação de vínculos.

O Gráfico 15 mostra os segmentos que mais criaram empregos em 12 meses. O destaque é o segmento de serviços médicos, odontológicos e veterinários, com criação de 6.073 postos de trabalho. Este segmento mostrou resiliência na economia do Distrito Federal ao longo de toda a recessão. Em seguida, o resultado da construção civil deve ser posto em evidência, de +1.937, uma vez que o setor sofreu bastante com a crise econômica. Ademais, além de ser um setor chave da iniciativa privada da região, é também conhecido por ser permeado pelo trabalho informal. Como a formalização tende a demorar mais para ocorrer do que a informalidade, números positivos no mercado formal sinalizam que o setor está finalmente reagindo à crise, o que pode ser visto na comparação anual tanto na PED (que também captura informalidade) como no do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Do lado do fechamento de postos de trabalho destacam-se os serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção etc. (-897), os serviços da administração públicas (-686) - em concordância com a crise fiscal - e os serviços de instituições financeiras (-578), que também tiveram dificuldades na crise e parcialmente reestruturados com o fechamento de muitas agências no país e na região.

Gráfico 15 - Saldo acumulado em 12 meses de vínculos empregatícios⁽¹⁾ no Caged - Distrito Federal - subsetores IBGE - março de 2018



Fonte: RAIS/CAGED - Ministério do Trabalho

Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

(1) O saldo é calculado a partir da diferença entre admitidos (+1) e demitidos (-1) dentro e fora do prazo.

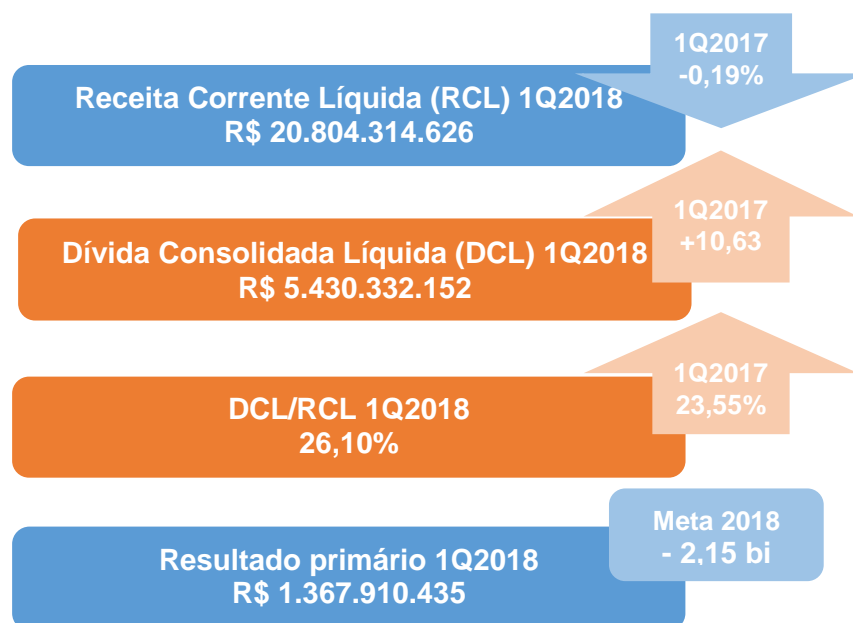
6. RESULTADO FISCAL DO DF

Os setores de *Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa e seguridade social (APU)* representaram 44,7% do total do Produto Interno Bruto (PIB) do Distrito Federal em 2015. Nesses setores estão inclusos os serviços prestados e executados pela esfera federal no DF e, também, pela esfera distrital. Entretanto, a condição de Distrito Federal faz com que o peso da administração pública na economia brasiliense seja maior relativamente a outros estados, mesmo ao se retirar a participação do Governo Federal no PIB. Essa condição torna pertinente incluir a avaliação das finanças públicas distritais no contexto de uma análise de conjuntura.

Pelo lado da receita, é importante avaliar o comportamento da arrecadação de impostos estaduais e municipais como forma de sinalizar o desempenho da produção e do consumo de bens e serviços da região. Além disso, também é importante identificar o papel de transferências e fundos na composição das receitas. Pelo lado da despesa, é possível acompanhar o comportamento dos gastos do governo local, avaliando seu grau de compromisso com austeridade fiscal e se as políticas fiscais executadas estão atingindo seus objetivos. É relevante, também, acompanhar a sustentabilidade da dívida no longo prazo. A saúde fiscal das finanças distritais passa pela capacidade de pagamento futura a partir da avaliação das finanças no presente. Esses indicadores, quando positivos, permitem oferecer maiores oportunidades de captação de recursos para investimentos que beneficiem a população.

Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), entre os principais indicadores fiscais, são citados a Dívida Consolidada Líquida (DCL), a Receita Corrente Líquida (RCL), a relação entre as duas, ou seja, DCL/RCL, o montante de investimentos feito pelo governo distrital e, também, a capacidade de pagamento do Distrito Federal. Estes são os indicadores analisados a seguir.

Finanças Públicas do Distrito Federal¹⁸



6.1. Receitas

A Receita Corrente Líquida (RCL) do Distrito Federal foi, no primeiro quadrimestre de 2018, de R\$ 20,80 bilhões. Isso implica uma variação de -0,19% em relação ao mesmo período do ano anterior. Para entender o comportamento da RCL, é necessário observar a sua composição, que se dá pela arrecadação tributária e pelas transferências correntes da União, deduzidos alguns itens explicitados na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Em relação à arrecadação tributária, o principal tributo do DF é o ICMS, assim como nas demais Unidades da Federação. O ICMS correspondeu a 51,00% do total das receitas tributárias de 2017 e 38,38% da RCL, valores próximos aos do mesmo período do ano anterior quando essas proporções foram de 51,71% das receitas tributárias e 36,63% da Receita Corrente Líquida. Na comparação entre o primeiro quadrimestre de 2018 e o de 2017, são registrados um aumento real de 3,16% na arrecadação do ICMS e um incremento real de 4,60% na arrecadação tributária como um todo (Gráfico 16). Esse aumento da arrecadação, ainda que tímido, corrobora os números positivos do nível de atividade econômica.

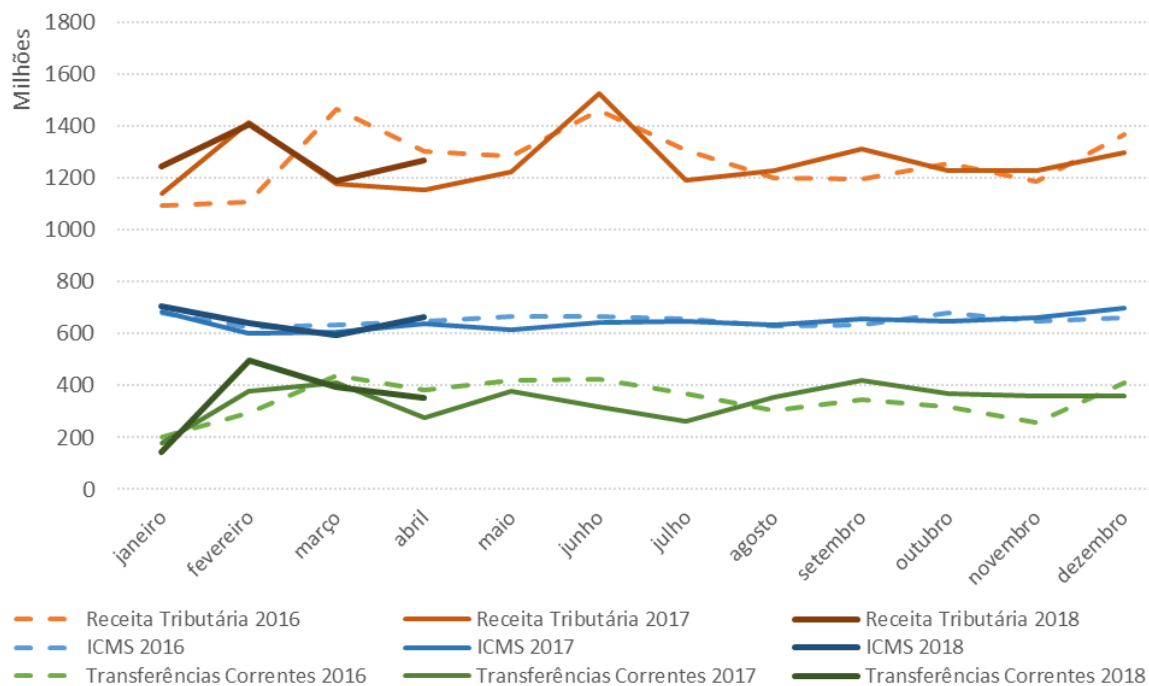
As transferências correntes da União, conforme pode ser observado no Gráfico 16, tiveram um aumento real de 11,44% na comparação com o quadrimestre imediatamente anterior. Cabe notar que essas transferências reúnem aportes relativos às competências acumuladas do Distrito Federal – como Estado e Município – e aportes relativos à sua cota-parte de tributos federais, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto

¹⁸ Foram priorizados os dados extraídos do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), publicado pela Secretaria de Fazenda do GDF; suas variações são apresentadas em termos reais a preços do 1º quadrimestre de 2018 - periodicidade do relatório. Já as séries temporais mensais/bimestrais foram construídas a partir do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), publicado pela Secretaria de Fazenda do GDF, e são apresentadas em valores reais a preços de janeiro/2º bimestre de 2018. Os valores foram corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE). Divergências em relação aos valores que acumulam os 4 meses do RREO se devem à correção da série pela inflação do período.

O quadro-resumo da abertura da seção indica valores acumulados em 12 meses para RCL, DCL e DCL/RCL, extraídos do Relatório de Gestão Fiscal. Os dados são quadrimestrais e indicam as variações reais a preços do 1º quadrimestre de 2018. Já o resultado primário foi obtido a partir das receitas realizadas e das despesas liquidadas presentes no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO).

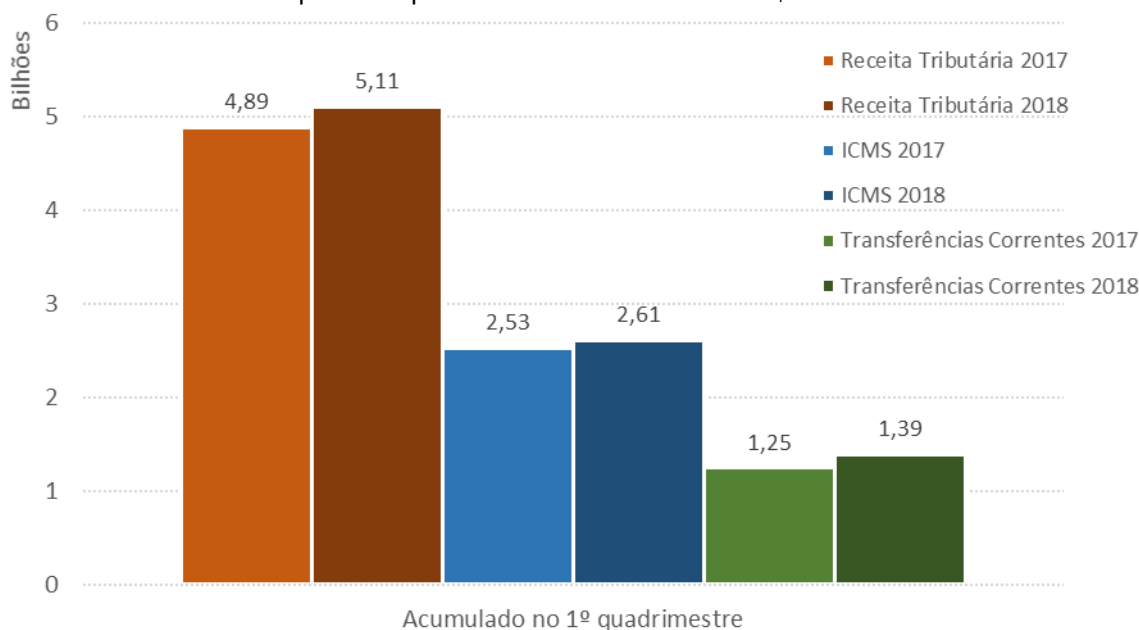
sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e transferências da Lei Kandir e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O seu crescimento reflete uma situação mais favorável da União quando se compara ao mesmo período de 2017 e o mesmo de 2016 (Gráfico 16).

Gráfico 16 - Receita de ICMS, receita tributária e transferências correntes, Distrito Federal - comparação mensal 2016 e 2018 - R\$ milhões - valores reais



Fonte: RREO/SEF-DF
Elaboração: DIEPS/Codeplan

O Gráfico 17 mostra o acumulado no primeiro quadrimestre de 2017 e de 2018 dessas receitas. Observa-se que, no saldo do ano, houve um discreto aumento real nos montantes em relação a 2017.

Gráfico 17 - Receita de ICMS, receita tributária e transferências correntes, Distrito Federal - acumulado no primeiro quadrimestre - 2017 e 2018 - R\$ bilhões - valores reais¹⁹

Fonte: RREO/SEF-DF
Elaboração: DIEPS/Codeplan

Outra fonte importante de receita do Distrito Federal é o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). Este representa a mais importante transferência da União às contas do governo distrital, e é destinado principalmente a despesas com pessoal, na saúde, educação e segurança.²⁰ Como não é contabilizado entre as transferências correntes, o FCDF é observado separadamente.

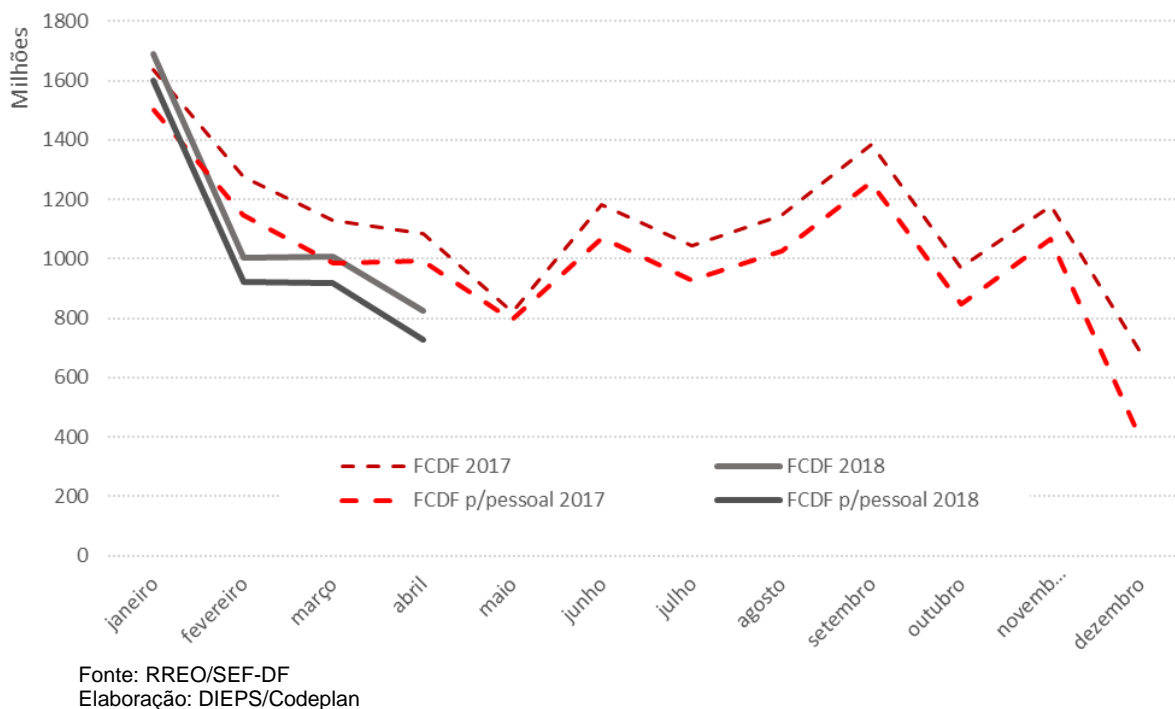
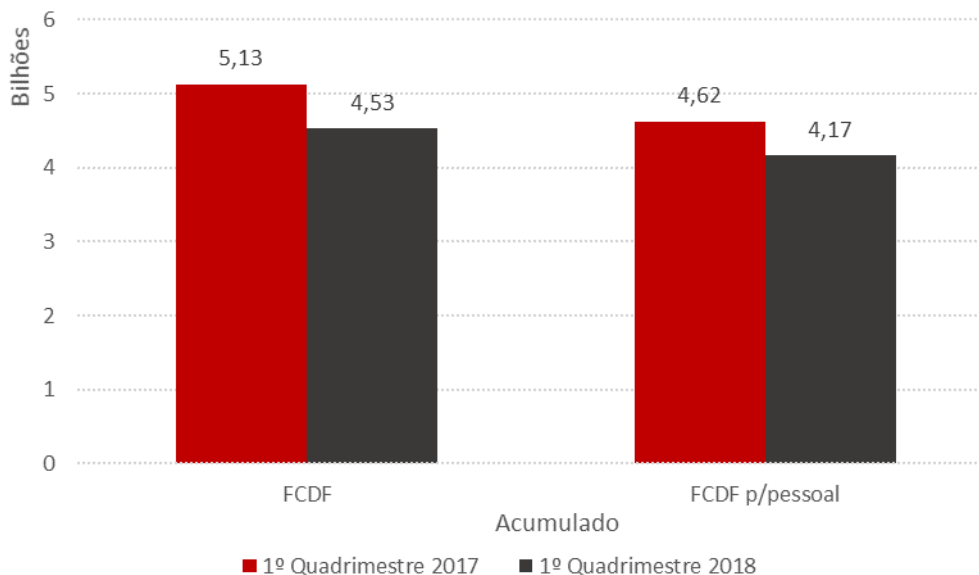
O aporte anual de recursos destinados ao FCDF é corrigido anualmente pela variação da RCL da União, conforme definido na lei que o constitui.²¹ No primeiro quadrimestre, de 2017 para 2018, esse aporte passou de R\$ 5,13 bi²² para R\$ 4,52 bi, configurando uma queda real de 11,77%. Do total de recursos transferidos ao Fundo, a parte destinada exclusivamente para gastos de pessoal sofreu uma diminuição de 9,81% nos primeiros quatro meses de 2018. Note-se que 92,16% do volume total de recursos do FCDF foi utilizado para despesas com pessoal, proporção maior do que a verificada no primeiro quadrimestre de 2017 quando a proporção foi de 90,16%. Além disso, o Gráfico 18 mostra que a redução do volume de recursos do Fundo vem ocorrendo desde janeiro, na comparação com os mesmos meses de 2017. Isso porque, apesar do volume de recursos do fundo ser indexado à RCL da União, para efeito do cálculo é considerada a razão entre a RCL realizada no período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior, de modo que a recuperação das receitas da União não é imediatamente percebida nas transferências do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), sofrendo um delay.

¹⁹ Somatório dos valores reais corrigidos mensalmente, preços de abril de 2018.

²⁰ Como os gastos com segurança não são intermediados pelo Distrito Federal, consta aqui apenas o montante destinado a saúde e educação, registradas no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO).

²¹ Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002.

²² Somatório dos valores reais corrigidos mensalmente pelo IPCA/IBGE a preços de abril de 2018.

Gráfico 18 - Receita do FCDF e gasto com pessoal, Distrito Federal - R\$ milhões - valores reais - comparação mensal 2017 e 2018**Gráfico 19** - Recursos do FCDF e gasto com pessoal, Distrito Federal - R\$ bilhões - Valores reais²³ - comparação do acumulado anual de 2017 e 2018

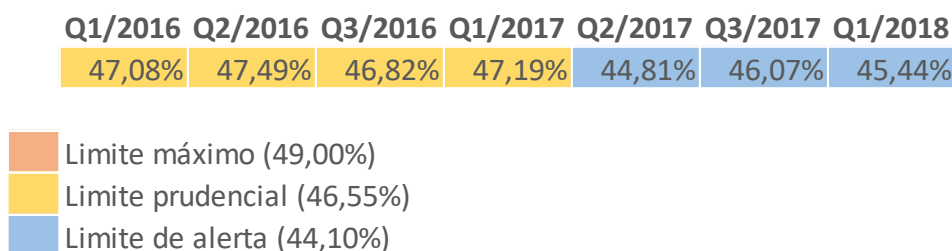
De forma geral, as receitas tributárias indicam um processo contínuo de recuperação desde o segundo semestre de 2017. Isso já pode ser notado na arrecadação de ICMS, mas com proporções tímidas. As transferências da União, contudo, mostram aumento nas transferências correntes e redução no volume do Fundo Constitucional do DF (FCDF).

²³ Somatório dos valores reais corrigidos mensalmente pelo IPCA/IBGE a preços de abril de 2018.

6.2. Despesas

Diante da proposta de visão geral deste boletim, foi priorizada a análise do comportamento de duas despesas do Distrito Federal, sendo elas os gastos com pessoal e os investimentos.

Figura 01 - Gasto líquido com pessoal sobre Receita Corrente Líquida (RCL), Distrito Federal - quadrimestres de 2016, 2017 e 2018²⁴

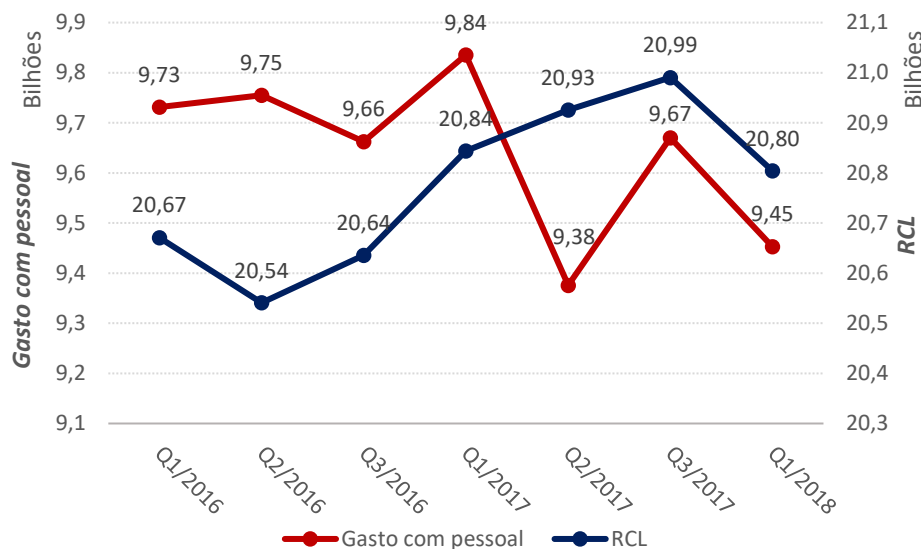


Fonte: RGF/SEF-DF
Elaboração: DIEPS/Codeplan

Foram indicadas maior disciplina fiscal nos gastos com pessoal em relação a 2016, ponto de grande relevância da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e uma melhora em relação ao terceiro quadrimestre de 2017. O Distrito Federal encerrou 2016 com a proporção de gasto com pessoal em 46,82% da RCL, no *limite prudencial* da LRF (entre 46,55% e 49,00%). E, em 2017, encerrou o ano em 46,07%, se mantendo no limite inferior, o *limite de alerta* (44,10% e 46,54%), patamar que se mantém, como mostra a Figura 01. Isso indica maior disciplina fiscal, porque a variação real da RCL correspondeu a -0,89% em relação ao quadrimestre imediatamente anterior, enquanto os gastos com pessoal registraram redução de -2,24%.

O comportamento quadrimestral de cada item é apresentado no Gráfico 20. A RCL tem mostrado uma trajetória gradual e crescente desde o segundo quadrimestre de 2016 interrompida por uma leve queda no primeiro quadrimestre de 2018, enquanto o gasto com pessoal manteve-se relativamente estável até a queda no segundo quadrimestre de 2017, a partir do qual, manteve-se em patamares inferiores aos de 2016 apesar das oscilações.

²⁴ Proporção divulgada quadrimestralmente, referente às despesas executadas nos últimos 12 meses.

Gráfico 20 - Receita Corrente Líquida (RCL) e gastos com pessoal, Distrito Federal - R\$ bilhões - Valores reais - quadrimestres de 2016, 2017 e 2018

Fonte: RGF/SEF-DF
Elaboração: DIEPS/Codeplan

6.3. Investimentos

Outro ponto relevante na análise da evolução das despesas governamentais diz respeito aos investimentos. Na comparação com o mesmo período dos anos anteriores (1º quadrimestre), o volume de investimentos públicos distritais teve um aumento real de 10,84% em relação a 2017 e de 11,36% em relação a 2016. Os valores apresentam grande oscilação, com típica elevação no último bimestre de cada ano.

Ademais, note-se que, a partir de 2015, o patamar de investimentos teve uma queda visível, como a linha vermelha de tendência anual mostra, acompanhando a entrada em um contexto recessivo da atividade econômica da região. Isto posto, apesar da sazonalidade, a tendência a partir de 2015 (representada pela linha pontilhada) indica estabilidade com um leve aumento do volume investido frente a 2016 e 2017, mais uma vez corroborando a tese de estabilização do processo de retração econômica.

Gráfico 21 - Investimentos do Distrito Federal - R\$ milhões - valores reais - série bimestral 2013 a 2018²⁵

Fonte: RREO/SEF-DF
Elaboração: Dieps/Codeplan

6.4. Resultado e Meta

O resultado primário do Distrito Federal, medida que avalia o esforço fiscal do governo, correspondeu a R\$ 1,37²⁶ bilhão no primeiro quadrimestre de 2018. A meta de resultado primário fixada no anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o período foi de R\$ -2,15 bilhões. Ou seja, o governo fechou o ano em uma posição significativamente mais favorável do que a estabelecida na meta. Além de superavitário e cumprindo com folga a meta, se observado comparativamente ao total da RCL, o resultado primário, que correspondeu a 0,92% da das receitas no período imediatamente anterior, correspondeu a 6,58% da mesma RCL no primeiro quadrimestre de 2018. Ou seja, houve uma melhora do superávit primário visto sob esse indicador.

6.5. Sustentabilidade do Endividamento e Disponibilidade

Um dos mais importantes indicadores fiscais para as unidades federativas é a proporção da Dívida Consolidada Líquida²⁷ sobre a Receita Corrente Líquida (DCL/RCL), no período de 12 meses. Essa proporção estava em 23,55% no primeiro quadrimestre de 2017,

²⁵ Somatório dos valores reais corrigidos bimestralmente pelo IPCA/IBGE a preços de abril de 2018. Foi utilizada uma média móvel de três quadrimestres para representar a tendência anual.

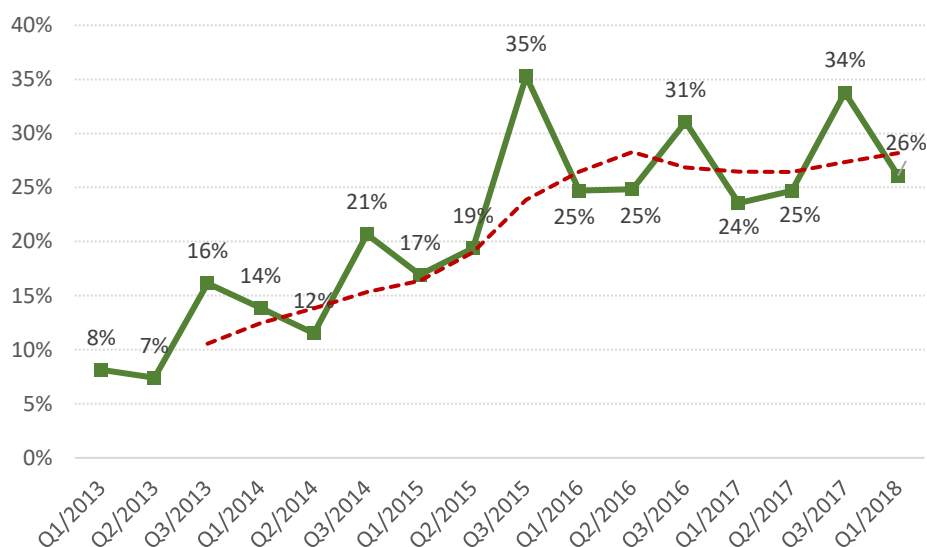
²⁶ Resultado obtido pela diferença entre as receitas realizadas e despesas liquidadas do RREO do 2º bimestre de 2018.

²⁷ De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a DCL representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzido o saldo relativo aos haveres financeiros (disponibilidade de caixa e demais haveres financeiros).

passando para 26,10% no mesmo período de 2018,²⁸ patamares distantes do limite de alerta (180%) e do limite por resolução do Senado Federal (200%).

Apesar da distância dos limites legais, esse indicador vem apresentando um comportamento crescente com picos nos últimos quadrimestres de cada ano. O Gráfico 22 mostra o seu comportamento nos últimos anos, acompanhado pela linha de tendência anual (representada pela linha pontilhada). O indicador do DF mostrou crescimento substancial até 2016. Manteve-se relativamente estável até 2018.

Gráfico 22 - Dívida consolidada líquida sobre Receita corrente líquida, Distrito Federal - série quadrimestral 2013 a 2018



Fonte: RGF/SEF-DF
Elaboração: Dieps/Codeplan

Outro indicador de saúde fiscal é a avaliação da Capacidade de Pagamento (Capag) das unidades federativas. A Capag é realizada pela Secretaria de Tesouro Nacional e é um dos pré-requisitos, diante do pleito de governos estaduais/distrital, para contratação de operações de crédito (interno e/ou externo) que venham a possuir aval ou garantia da União (Figura 02).

No cálculo da Capag, são considerados três indicadores fiscais: de endividamento,²⁹ de poupança corrente³⁰ e de liquidez.³¹ Cada indicador recebe uma nota que varia entre A, B e C, em função do valor assumido em cada situação. A partir dessas notas parciais, atribui-se, então uma nota final ao ente da Federação, que varia de A, para uma situação fiscal excelente, a D, situação de desequilíbrio fiscal. Conforme pode ser visto na Figura 02, o Distrito Federal obteve, segundo boletim da STN,³² a sinalização C desde 2014, indicando uma saúde fiscal crítica pelo quarto ano seguido. Observando cada um dos indicadores

²⁸ Acumulado de 12 meses, dados do 1º quadrimestre de 2017 e do 1º quadrimestre de 2018; são indicadas as variações reais corrigidas ao IPCA/IBGE a preços do 1º quadrimestre de 2018.

²⁹ O indicador de endividamento é dado pela relação entre a dívida consolidada bruta e a receita corrente líquida.

³⁰ O indicador de poupança corrente corresponde à relação entre despesas correntes e receitas correntes ajustadas.

³¹ O indicador de liquidez é a relação entre as obrigações financeiras e a disponibilidade de caixa bruta, considerando-se apenas as fontes de recursos não vinculadas. Este indicador apura a existência de recursos prontamente utilizáveis e não vinculados a determinados destinos para fazer frente às obrigações financeiras de curto prazo.

³² Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais – Versão Final, Secretaria do Tesouro Nacional.

individualmente, isso se deve a, apesar de o DF ser classificado como **A** em endividamento, é **C** em poupança corrente e **C** em liquidez.

Figura 02 - Sinalização da Capacidade de Pagamento (Capag) da Secretaria de Tesouro Nacional - Unidades Federativas - 2014 a 2017

UF	2014	2015	2016	2017
AC	B	B	B	B
AL	C	C	C	B
AM	A	B	B	B
AP	B	B	B	B
BA	C	C	C	C
CE	A	B	B	B
DF	C	C	C	C
ES	A	A	A	A
GO	B	B	C	C
MA	C	B	B	B
MG	C	C	*	*
MS	B	C	C	C
MT	B	B	B	C
PA	A	A	A	A
PB	B	B	B	B
PE	C	C	C	C
PI	B	C	C	C
PR	C	C	*	B
RJ	C	D	D	D
RN	B	*	C	B
RO	C	C	C	B
RR	C	B	B	B
RS	D	D	D	D
SC	B	B	B	C
SE	C	C	C	C
SP	B	B	B	B
TO	A	B	C	C

Fonte: Extraído de Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais – Versão Final, Secretaria do Tesouro Nacional

**Companhia de Planejamento
do Distrito Federal - Codeplan**

Setor de Administração Municipal
SAM, Bloco H, Setores Complementares
Ed. Sede Codeplan
CEP: 70620-080 - Brasília-DF
Fone: (0xx61) 3342-2222
www.codeplan.df.gov.br
codeplan@codeplan.df.gov.br